

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

VANUCI FERNANDA FREITAS DA SILVA

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA CIDADE DE ARACAJU – SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2021

VANUCI FERNANDA FREITAS DA SILVA

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA CIDADE DE ARACAJU – SERGIPE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal de
Sergipe para obtenção do grau de bacharel
em Biblioteconomia e Documentação.

Orientador: Prof. Me. Fernando Bittencourt
dos Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2021

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

S586d Silva, Vanuci Fernanda Freitas da
Disseminação da informação no combate à violência contra a mulher : um estudo exploratório na cidade de Aracaju – SE / Vanuci Fernanda Freitas da Silva ; orientador Me. Fernando Bittencourt dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2021.
110 f. : il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2021.

1. Disseminação da informação. 2. Violência contra a mulher. 3. Fontes de informação. 4. Aracaju – SE. I. Santos, Fernando Bittencourt dos, orient. II. Título.

CDD: 025.5

CDU: 025.5

Ficha elaborada pela bibliotecária Loíze Raquel S. S. Vilas-Bôas, CRB- 7/210030.

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA CIDADE DE ARACAJU - SERGIPE**

VANUCI FERNANDA FREITAS DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal de
Sergipe para obtenção do grau de bacharel
em Biblioteconomia e Documentação.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Fernando Bittencourt dos Santos (DCI/UFS)
(Orientador)

Prof. Dr^a. Jacqueline Aparecida de Souza (DCI/UFRN)
(Membro convidado - Externo)

Prof. Dr^a. Telma de Carvalho (DCI/UFS)
(Membro convidado – Interno)

Dedico a todas as mulheres, em especial as que são/foram vítimas de qualquer tipo de violência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar forças, por não me deixar desistir diante de todas as dificuldades enfrentadas nessa caminhada.

Aos meus pais, Célia e Fernando (*in memoriam*), pela criação, amor, empenho e torcida tão importantes para minha evolução.

Aos meus irmãos Vanessa e Diego por todo apoio, incentivo e amor.

Aos meus sobrinhos Vitória, Gabriel, Renata e Érica, pelos momentos de leveza.

Aos meus vizinhos Sandra e Marcelo pela generosidade.

Aos meus colegas do curso de Biblioteconomia e Documentação (turma 2015.1), em especial Michelle Lopes, Martha Luciana, Eliana Alves, Valter Euda, Loíze Raquel, Wictor Saimo, que viraram amigos durante essa longa e exaustiva caminhada. Compartilhamos não somente momentos de estudo, mas bons momentos de descontração e, apesar da distância nesse momento pandêmico, continuam presentes.

Às instituições de apoio e combate da violência contra a mulher que disponibilizaram um tempinho para responder ao questionário.

Às professoras Telma de Carvalho e Jaqueline de Souza, por terem aceitado fazer parte da minha banca de defesa, e pelas valiosas considerações sobre este trabalho.

Ao meu orientador Fernando Bittencourt, primeiramente por ter abraçado a minha vontade de tratar sobre a questão da violência contra a mulher, pelo aprendizado, pela dedicação, pelas ótimas dicas, pelas palavras de incentivo, e por ter acreditado mais em mim do que eu mesma.

A todo corpo docente do Departamento de Ciência da Informação (UFS), pelo conhecimento transmitido.

Obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esse processo.

Deus abençoe a todos.

“Informação é poder, porém, se tens tal domínio e não divulgas, torna-te responsável pela ignorância alheia.”

Ivan Teorlang

“Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar pra si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio? [...] Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você.”

Audre Lord

RESUMO

A violência contra a mulher é um problema social que atinge mulheres sem distinção de credo, raça, etnia, situação financeira, e suas ocorrências têm aumentado exponencialmente em todas as partes do mundo. A disseminação da informação, por seu poder de alcance, é imprescindível no combate da violência contra a mulher, pois através do compartilhamento de informações, nos mais variados formatos e canais informacionais, que se atinge um número significativo da população, em especial às mulheres que sofrem violência, possibilitando a elas reconhecimento da situação que estão inseridas e consciência dos seus direitos. Com base nessas premissas, o objetivo geral desse trabalho é identificar as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher em cinco instituições de apoio à mulher em situação de violência da cidade de Aracaju – SE. Para os objetivos específicos, buscou-se analisar, dentro de uma perspectiva histórica e contemporânea, a relação entre disseminação da informação e o combate da violência contra a mulher; identificar as fontes de informação utilizadas pelas instituições para a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher; e por fim, verificar as barreiras encontradas pelas instituições para a disseminação da informação no combate à violência contra a mulher. Para atender e atingir os objetivos desta pesquisa, a metodologia adotada foi de cunho exploratório e descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa e, quanto a obtenção de documentos, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental através de materiais impressos e eletrônicos. Para coleta de dados utilizou-se o questionário, desenvolvido através do Google formulários, contendo perguntas abertas e fechadas e enviadas via e-mail para as cinco instituições escolhidas, no qual obtivemos resposta de três delas. Os resultados foram obtidos com base nas informações extraídas das respostas das instituições, apresentando as principais ações de disseminação e fontes de informação adotadas por elas, como divulgação de campanhas e eventos sobre as redes de enfrentamento e atendimento, confecção de cartazes e panfletos, bem como a divulgação de materiais informativos, a exemplo dos instrumentos normativos inerentes ao tema. A internet foi a fonte de informação mais citada pelas instituições, através do compartilhamento de informações e materiais nos sites institucionais e mídias sociais, respondendo aos objetivos gerais e específicos deste trabalho. Com relação às dificuldades apontadas pelas instituições para o processo de disseminação, destaca-se a falta de acesso à internet por parte das mulheres em vulnerabilidade econômica. Por fim, evidencia-se a importância da disseminação da informação como ferramenta essencial no combate da violência contra a mulher, sendo realizado com frequência pelas instituições escolhidas, nas quais as instituições participantes da pesquisa contribuem para diminuição de um problema social ainda presente em nossa sociedade.

Palavras-chaves: Disseminação da informação; Violência contra a mulher; Fontes de informação; Aracaju – SE.

ABSTRACT

Violence against women is a social problem that affects women regardless of creed, race, ethnicity, financial situation, and its occurrences have increased exponentially in all parts of the world. The information dissemination, due to its power to reach out, is essential to combat violence against women, because through the sharing of information, in the most varied formats and informational channels, it reaches a significant number of the population, especially the women who suffer violence, enabling them to recognize the situation in which they live and be aware of their rights. Based on these premises, the general objective of this work is to identify the actions of information dissemination to combat violence against women in five institutions that support women in situations of violence in the city of Aracaju – SE. For the specific objectives, we sought to analyze, within a historical and contemporary perspective, the relationship between information dissemination and combating violence against women; to identify the sources of information used by the institutions for the information dissemination in combating violence against women; and finally, to verify the barriers encountered by the institutions for the information dissemination in combating violence against women. To meet and reach the objectives of this research, the methodology adopted was exploratory and descriptive, of a qualitative and quantitative nature and, as for the collection of documents, it was used bibliographic and documentary research through printed and electronic materials. For data collection a questionnaire was used, developed through Google forms, containing open and closed questions and sent via e-mail to the five chosen institutions, to which three of them responded. The results were obtained based on the information extracted from the answers given by the institutions, presenting the main dissemination actions and sources of information adopted by them, such as the dissemination of campaigns and events about the networks of confrontation and assistance, the making of posters and pamphlets, as well as the information dissemination materials, such as the normative instruments inherent to the theme. The internet was the most cited source of information by the institutions, through the sharing of information and materials on institutional websites and social media, responding to the general and specific objectives of this work. Regarding the difficulties pointed out by the institutions for the dissemination process, the lack of access to the internet by economically vulnerable women stands out. Finally, it is evident the importance of the information dissemination as an essential tool in combating violence against women, being carried out frequently by the chosen institutions, in which the institutions participating in the research contribute to the reduction of a social problem still present in our society.

Keywords: Information dissemination; Violence against women; Sources of information; Aracaju – SE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Disseminar – difundir, espalhar, semear.....	25
Figura 2	Estratégia do processo de disseminação da informação.....	30
Figura 3	Direitos das mulheres na legislação brasileira.....	36
Figura 4	Rede de atendimento à mulher em situação de violência.....	38
Figura 5	Ciclo da violência doméstica.....	40
Figura 6	Tipos de fontes formais e informais.....	43
Figura 7	Tipos de fontes primárias, secundárias e terciárias.....	44
Figura 8	Layout Coordenadoria da Mulher.....	46
Figura 9	Layout do CAOp.....	47
Figura 10	Layout da página do IMP.....	48
Figura 11	Print da página ONU mulheres.....	49
Figura 12	Print da página Instituto Patrícia Galvão.....	50
Figura 13	Mapa do acolhimento: como funciona?.....	51
Figura 14	Print da página Think Olga no instagram.....	52
Figura 15	Print da página Eu sou a Glória.....	53
Figura 16	Print da página Mas ele nunca me bateu.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conceitos de Dado, Informação e Conhecimento.....	22
Quadro 2	Características das redes de enfrentamento e as redes de atendimento de mulheres em situação de violência.....	37
Quadro 3	Casos de violência doméstica nos municípios de Sergipe.....	55
Quadro 4	Bairros de Aracaju com maior número de casos de violência doméstica.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Frequência da disseminação da informação.....	76
Gráfico 2	A instituição usa redes sociais na disseminação da informação?.....	77
Gráfico 3	Frequência com que as redes sociais são utilizadas.....	78
Gráfico 4	Frequência da atualização das redes sociais.....	79
Gráfico 5	Barreiras para a disseminação da informação.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ASTRA	Associação de Travestis e Transgêneros de Aracaju
BDM	Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília
BDTDUSP	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CA	Casa Abrigo
CAOp	Centro de Apoio Operacional
CDDM	Comissão de Defesa e Direitos da Mulher
CEAcrim	Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CERMFL	Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes
CEVID	Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CI	Ciência da Informação
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLADEM	<i>Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer</i>
CREAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRMEB	Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra
DAGV	Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis
DI	Disseminação da Informação
DCI	Departamento de Ciência da Informação
DSI	Disseminação Seletiva da Informação
EAD	Ensino à Distância
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ERIC	<i>Education Resources Information Center</i>
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FDR	Fundação Demócrito Rocha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	International Federation of Library and Institutions
IML	Instituto Médico Legal
IMP	Instituto Maria da Penha
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP	Ministério Público
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NUDEM	Núcleo de Defesa e Proteção aos Direitos das Mulheres
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OASISBR	Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PERI	Base de Dados da Universidade Federal de Minas Gerais
RIUFBA	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia
RIUFRJ	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
RIUFRN	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
RIUFS	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe
RIUFSC	Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina
RIUNB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
SE	Sergipe
SINAN	Sistema de Informações de Agravos de Notificação
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Problema.....	17
1.2	Hipótese.....	18
1.3	Objetivos.....	18
1.3.1	Geral.....	18
1.3.2	Específicos.....	18
1.4	Justificativa.....	19
1.5	Estrutura do trabalho.....	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1	A informação: enfoque conceitual.....	21
3	DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	25
4	VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: ASPECTOS GERAIS.....	32
4.1	Fontes de informação no combate à violência contra a mulher.	42
4.2	Instituições de apoio no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju – SE.....	55
4.3	Violência contra a mulher: abordagem na Ciência da Informação.....	59
5	METODOLOGIA.....	70
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	73
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	99
	APÊNDICE B – GOOGLE FORMULÁRIOS.....	101

1 INTRODUÇÃO

Mais da metade da população brasileira conhece ou já presenciou uma mulher ser agredida. Em pleno século XXI, após 14 anos da criação da Lei Maria da Penha¹ (Lei N° 11.340, de 07 de agosto de 2006), a cultura do machismo² segue fazendo vítimas. Continuam sendo expostas, ameaçadas, agredidas, abusadas, violentadas. São julgadas pelo que vestem, julgadas por seu comportamento, como se tudo isso justificasse uma agressão.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como “uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento”.

Paralelo a isso, temos visto casos cada vez mais recorrentes de violência contra a mulher, noticiados pela mídia televisiva ou através das publicações das mídias sociais, e atinge mulheres de todas as idades, nacionalidades, etnias, grau de escolaridade, compreendendo um extenso cenário de agressões, sejam elas físicas, sexuais, patrimoniais, psicológicas, culminando, muitas vezes, na morte dessas vítimas. O que se vê em sua maior parte é que essas mulheres foram agredidas por seus parceiros íntimos ou ex-parceiros, sejam eles maridos ou namorados.

Segundo a pesquisa Visível e Invisível, - A vitimização das mulheres no Brasil³, divulgada pelo Instituto Patrícia Galvão⁴, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁵ (FBSP) e pelo Instituto Datafolha, 48,8% das entrevistadas apontam a própria casa como local da agressão, seguida de 29,3% que disseram ter sofrido a violência em via pública ou local de trabalho⁶.

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

² Preservação da crença de que o homem é superior à mulher, seguido do sentimento de posse.

³ Pesquisa realizada pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, patrocinada pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Governo Federal.

⁴ Organização feminista fundada em 2001 que atua nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação, tendo como parceiros o Senado Federal, o Observatório da Mulher Contra a Violência e a ONU Mulheres.

⁵ Organização não governamental, apartidária, sem fins lucrativos, integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil.

⁶ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

Informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre violência doméstica indicou crescimento dos casos de violência contra mulheres – em fase adulta ou crianças, em várias partes do mundo durante a pandemia de Covid 19, apesar da dificuldade que mulheres casadas tiveram para procurar ajuda ou realizar denúncia já que estavam confinadas com seus agressores.

No Brasil não foi diferente. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), do FBSP, desde março de 2020, após a adoção das medidas necessárias de isolamento social, milhares de brasileiras que residiam com seus agressores tiveram dificuldade em procurar ajuda, ocasionando em queda no número de registros, com exceção dos casos de feminicídio e/ou homicídios de mulheres. De acordo com dados levantados, no 1º semestre de 2020 houve uma queda de 9,9% dos registros de ocorrência por violência doméstica por conta das dificuldades ocasionadas pelas medidas de distanciamento social. No entanto, segundo o Anuário disponibilizado em 2021, os chamados para o *Disque 190* e *Ligue 180* para atender denúncias de violência doméstica aumentaram. Foram registrados 1 (um) chamado de violência doméstica por minuto em 2020. Ainda segundo o Anuário, houve 1 (um) estupro a cada 8 minutos, cerca de 85,2% dos casos o criminoso era conhecido das vítimas, e entre os casos de feminicídios houve um aumento de 0,7% com relação aos dados apresentados no anuário de 2020.

Mesmo diante de tantas ocorrências, no levantamento da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)⁷, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 8,3% dos municípios têm delegacias especializadas de atendimento à mulher, 9,7% dos municípios brasileiros oferecem serviços especializados de atendimento à violência sexual, e que apenas 2,4% dos municípios dispõem de casas-abrigo para mulheres em situação de violência.

A violência contra a mulher é um dos assuntos mais debatidos da atualidade e, apesar de todas as ferramentas para acesso das informações e das constantes mobilizações da pauta feminista sobre o tema, muitas mulheres não denunciam, ou por medo, ou porque desconhecem⁸ parcialmente ou totalmente seus

⁷ Levantamento minucioso de registros administrativos sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, compreendendo, também, diferentes aspectos das políticas públicas setoriais, para se obter a consolidação de uma base de dados estatísticos e cadastrais atualizados, com indicadores de avaliação e monitoramento dos quadros institucional e administrativo das municipalidades.

⁸ Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/violencia-contra-mulher-confira-as-duvidas-mais-frequentes-sobre-o-assunto/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

direitos no que diz respeito sobre a quem recorrer, onde procurar ajuda, ou sobre medidas de proteção após agressão.

A Lei de Acesso à Informação, Lei N° 12.527/2011⁹, é uma importante ferramenta na luta pelos direitos das mulheres¹⁰, pois garante que todo cidadão tenha acesso a informações públicas de forma transparente, para garantir participação ativa da sociedade nas ações governamentais, a exemplo de políticas públicas para o enfrentamento da violência de gênero, fortalecendo a democracia, possibilitando que essas mulheres conheçam seus direitos e possam exigir do poder público que garanta esses direitos, e o surgimento das tecnologias da informação e da internet facilitaram esse acesso.

Baseado nos dados sobre o aumento do número de casos de agressões contra a mulher no Brasil e no mundo demonstrados nas pesquisas mencionadas no início desta seção, considera-se de grande relevância a disseminação da informação para que se aprofunde o tema no enfrentamento das várias faces da violência contra a mulher, almejando atingir um maior número de mulheres e reduzir o fenômeno.

A disseminação da informação é peça fundamental para que a mulher tenha acesso aos seus direitos e possa exercer sua cidadania e, para melhor entendimento da importância desta última para o fenômeno da violência contra as mulheres, é necessário conhecer não somente seus conceitos, como também as fontes informacionais, sejam elas, formais, informais, primárias, secundárias ou terciárias, a exemplo da divulgação das legislações vigentes sobre o tema, e das informações sobre o assunto presente nos livros, artigos e teses em meios eletrônicos, e nas mídias sociais.

A informação é essencial para todas as áreas do conhecimento e para a transformação da sociedade e, pelo caráter social e humanitário que a questão da violência contra a mulher se enquadra, desenvolver trabalhos voltados para essa temática no intuito de disseminar essas informações para além das paredes institucionais se faz necessário, não somente pelo seu alcance cultural, mas também pelo seu caráter educacional, social, político e econômico e, no caso da problemática da violência contra a mulher, se faz urgente.

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/12/Acesso-%c3%a0-Inforna%c3%a7%c3%a3o-e-Direitos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

As constantes mudanças ocorridas na nossa sociedade têm exigido que os profissionais que lidam com informação, principalmente os que lidam com questões sociais, como a exemplo do enfrentamento da violência contra a mulher, se adaptem e adequem seu estilo e ferramentas de trabalho, mantendo-se sempre atualizados para melhor atender seus objetivos e as expectativas do seu público alvo, e que ao disseminar informação o indivíduo possa se apropriar da informação recebida e transformar sua realidade e a realidade do coletivo, através do conhecimento disponibilizado.

A disseminação da informação se faz presente também através de diferentes recursos informacionais disponíveis nos sites governamentais como os serviços de denúncia contra esse tipo de violência, seja na forma de ligações telefônicas ou nos campos para denúncia do próprio site, dentre outros serviços de combate, contribuindo de forma atuante na questão da disseminação e no combate a esse tipo de violência de gênero.

A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180¹¹, é um exemplo desses recursos informacionais importantes para divulgação dos serviços da rede de atendimento e enfrentamento à violência de gênero, tendo como objetivo orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis para o atendimento, podendo ser acessado gratuitamente por essas mulheres em todo o país.

Dito isso, diante da relevância do tema tanto para a comunidade acadêmica, como para a sociedade em geral, o presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Informação e Sociedade, do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e visa colaborar nas discussões e debates sobre a disseminação da informação como mecanismo importante de luta, no fortalecimento ao combate da violência contra a mulher.

1.1 Problema

Quais são as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher nas instituições de apoio a mulher na cidade de Aracaju – Sergipe?

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/o-que-e-central-de-atendimento-a-mulher-2013-ligue-180>. Acesso em: 20 jan. 2021.

1.2 Hipótese

Ancorada nos trabalhos de Santini, Terra e Almeida (2017) e de Romeiro e Silva (2018), parte-se da hipótese que as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher encontram maior efetividade nos canais informais de comunicação, a exemplo das mídias sociais.

1.3 Objetivos

Para nortear os próximos passos da pesquisa, traçaremos seus objetivos.

1.3.1 Geral

O objetivo geral deste trabalho cujo título é **Disseminação da Informação no combate à violência contra a mulher**: uma pesquisa exploratória na cidade de Aracaju – SE, é identificar as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher em 5 instituições de apoio a mulheres em situação de violência.

1.3.2 Específicos

Como objetivos específicos, foram listados os seguintes objetivos:

- Analisar, dentro de uma perspectiva histórica e contemporânea, a relação entre a disseminação da informação e o combate à violência contra a mulher;
- Identificar as fontes de informação utilizadas pelas instituições para a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher;
- Verificar quais as barreiras na disseminação da informação sobre o combate da violência contra a mulher encontradas pelas instituições escolhidas para esta pesquisa.

1.4 Justificativa

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa deu-se pela recente abordagem do tema na Ciência da Informação (CI), que comparado a outras temáticas da área, constatou-se que existem poucas publicações científicas sobre o assunto na CI, conforme levantamento bibliográfico feito nas bases de dados.

Ademais, a divulgação do “Mapa da Violência”¹² dentre os anos de 2012 a 2015, que mostrou dados atuais e inéditos sobre a realidade do feminicídio no Brasil, mostra que disseminar a informação chama a atenção da sociedade para a problemática da violência contra a mulher no nosso país e adentra sobre a possibilidade de atuação do profissional da informação no que tange ao seu papel social que não se limita aos serviços meios de uma unidade de informação física ou digital, mas também para a sua responsabilidade social na disseminação da informação em diferentes espaços e contextos. E quando a informação disseminada e assimilada vira conhecimento, ela transforma o mundo, transforma as pessoas, transforma o modo de olhar para o problema e as faz reagir.

Outro motivo para a escolha do tema se dá pelo fato desta pesquisadora ter realizado o curso de “Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher”¹³, da Fundação Demócrito Rocha (FDR), certificado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em formato de ensino à distância (EAD), com 12 módulos elucidativos sob a perspectiva não somente de disseminar conteúdo e promover conhecimento, como também de demonstrar a dimensão desse tipo de violência e de instruir sobre os direitos, através da apresentação das legislações vigentes, entre outros assuntos abordados no curso, “democratizando o acesso à temática e mobilizando a sociedade em torno dela” (FDR, 2020).

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em sete seções primárias:

¹² WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015. 83 p. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.

¹³ FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA. **Curso de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Ceará: UECE, 2020. Disponível em: <https://cursos.fdr.org.br/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

A seção introdutória apresentada anteriormente, contém, dentro de uma perspectiva geral, os aspectos relacionados à violência contra a mulher, estatísticas, disseminação da informação e sua importância para o enfrentamento da violência, além do problema da pesquisa, hipótese, seus objetivos e justificativa.

A segunda seção apresenta como foi realizada a fundamentação teórica do trabalho, trazendo uma subseção sobre conceitos de informação à luz da literatura, assim como conceitos de dado e conhecimento.

A terceira seção, trata sobre os aspectos gerais da disseminação da informação, trazendo elementos históricos, conceituais e evolução da disseminação, além das estratégias da disseminação da informação.

Já a quarta seção aborda os aspectos gerais da questão da violência contra a mulher, historicidade, conceitos, tipologias, e está dividida em três subseções:

A primeira subseção traz conceitos e exemplos de fontes de informações formais/informais, primárias, secundárias e terciárias, posteriormente relacionando-as com alguns aspectos inerentes à violência contra a mulher.

A segunda subseção traz um breve histórico sobre as principais instituições de apoio no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju/SE.

A terceira subseção faz uma abordagem na Ciência da Informação sobre violência contra a mulher, trazendo trabalhos sobre esse tipo de violência publicado em bases de dados da Ciência da Informação, expondo o ponto de vista dos pesquisadores sobre o tema detalhados nos objetivos, justificativa e resultados desses trabalhos, bem como nos seus aspectos metodológicos, tais como, tipo de pesquisa, natureza, entre outros, que foram adotados por eles.

A quinta seção apresenta a metodologia utilizada para esse trabalho, conceitos dos tipos de pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, bem como as técnicas para a análise dos mesmos.

A sexta traz a análise e os resultados das abordagens metodológicas do questionário aplicado nas instituições escolhidas.

Na sétima e última seção estão as considerações finais diante do exposto no decorrer do trabalho, e da análise dos resultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo consiste na revisão da literatura do levantamento bibliográfico de materiais previamente publicados, principalmente na área de Ciência da Informação. Os dados coletados foram analisados através das fontes provenientes de livros, teses, dissertações, artigos científicos, anais, em meio físico ou publicados na internet.

Antes de adentrar ao objeto deste trabalho, far-se-á uma explanação breve, mas não menos importante, sobre informação.

2.1 A informação: enfoque conceitual

A informação “matéria prima [...] utilizada em todos os momentos do processo de produção e disseminação do conhecimento” (ARAÚJO, 1992, p. 46), assume um papel muito importante para a sociedade em geral, e para o desenvolvimento científico e tecnológico através do uso inteligente dos recursos do conhecimento que dela se extrai e do uso que se faz dela.

Barreto (2002, p. 49), por sua vez, conceituou informação como “[...] um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro.” Para tanto, é primordial possibilitar o acesso da comunidade à informação.

Independente do suporte em que esteja registrada, e do contexto que esteja aplicada, a informação assume papel principal na vida de qualquer indivíduo e/ou organização, pois é através dela que se obtém entendimento dos ensinamentos dados desde a escola, dos valores passados pelos familiares, do desenvolvimento das habilidades pessoais e profissionais, e na compreensão dos acontecimentos ao nosso redor. O conhecimento que se obtém através dela, gera transformações, individuais ou coletiva, para toda uma sociedade.

Mas antes de falar um pouco mais sobre informação, é importante conhecer os conceitos de Dado, Informação e Conhecimento.

Pode parecer que Dado, Informação e Conhecimento tem um mesmo conceito, mas cada qual tem um significado. (QUADRO 1).

Quadro 1 – Conceitos de Dado, Informação e Conhecimento

Dado, Informação e Conhecimento	
Autores	Conceitos
Dado	
(SETZER, 2014, [p. 1])	“[...] sequência de símbolos quantificados ou quantificáveis.”
(ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 62)	“Representação de todo e qualquer elemento de conteúdo cognitivo, passível de ser comunicada, processada e interpretada de forma manual ou automática.”
(REZENDE; ABREU, 2003, p. 3)	“[...] é a informação em formato bruto, ou seja, o que não adquire sentido por si só, e conseqüentemente, não causa nenhuma transformação naquele que o recebe.”
(CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 112-113)	“[...] a menor representação convencional e fundamental de uma informação (fato, noção, objeto, nome próprio, número, estatística, etc.) sob a forma analógica ou digital passível de ser submetida a processamento manual ou automático. [...]”
Informação	
(AUDY; ANDRADE; CIDRAL, 2007, p. 104)	“[...] informação são dados já processados para um uso específico.”
(REZENDE; ABREU, 2003, p. 90)	“[...] é o dado já lapidado, isto é, com sentido, de modo que traga alguma mudança ao indivíduo que o adquiriu. [...] Quando são atribuídos valores, eles transformam-se em informação.”
CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 201)	“Registro de um conhecimento que pode ser necessário a uma decisão. [...] prova que sustenta ou apoia um fato. [...]”
(SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 37)	“[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas [...] contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) [...] comunicadas de forma assíncrona [...]”.
Conhecimento	
(AUDY; ANDRADE; CIDRAL, 2007, p. 104)	“O conhecimento envolve apropriação e o uso da informação em um contexto de decisão e ação [...]”.
(SETZER, 2015, [p. 3])	“[...] uma abstração interior, pessoal, de algo que foi experimentado, vivenciado, por alguém.”
(JAPIASSÚ, 1996, p. 51)	“[...] uma apropriação intelectual de determinado campo, tendo em vista dominá-lo e utilizá-lo.”
(MORESI, 2000, p. 19)	“[...] o conhecimento não é estático, modificando-se mediante a interação com o ambiente, sendo esse processo denominado aprendizado.”
(SILVA, 2008, p. 3)	“[...] é quando possuímos a informação e a utilizamos para um determinado propósito, colocando-a em prática.”

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Por mais que dado, informação e conhecimento sejam bastante similares, vimos acima que cada qual tem um significado e que se complementam, e que a informação, enquanto conceito, carrega uma variedade muito grande de significados.

Todos os campos do conhecimento alimentam-se de informação, mas a Ciência da Informação a tem como objeto de estudo, tendo como um dos objetivos, gerar e disseminar conhecimento.

De acordo com Borko (1968, p. 3 apud QUEIROZ; MOURA, 2015, p. 32), a Ciência da Informação se conceitua como:

[...] disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, para uma acessibilidade e usabilidade ótima. Ela está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a investigação da representação da informação em ambos os sistemas, naturais e artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, e o estudo do processamento de informações e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação.

Segundo Queiroz e Moura (2015, p. 26-28), o surgimento da Ciência da Informação se deu a partir do século XVII, após a explosão informacional decorrente do avanço científico e tecnológico proveniente da Segunda Guerra Mundial, bem como dos periódicos científicos, da necessidade do controle e transmissão de informação e conhecimento, e do surgimento de novas tecnologias.

Oliveira e Crespo (2012, p. 67), corroboram com esse pensamento quando dizem que os antecedentes históricos da Ciência da Informação surgiram da Biblioteconomia, através da necessidade de ferramentas para gestão e recuperação da informação de reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido para resolver o grande problema documental oriundo da expansão informacional, advindos do aparecimento de centros ou serviços de documentação, mais conhecidos como bibliotecas especializadas e, por seu caráter interdisciplinar, tanto dá como recebe contribuições de várias áreas do conhecimento.

Fonseca (2005, p. 20), afirma que deveria haver quatro pilares para a Ciência da Informação:

a) o reconhecimento do caráter “multi nível” da informação; b) o reconhecimento da existência de diferentes conceitos de informação; c) o

reconhecimento da interdependência entre matéria, energia e informação; d) o reconhecimento da importância fundamental do processo de comunicação para a existência da informação.

Não há como negar que a informação influencia o trabalho de pesquisa nas várias áreas do conhecimento e no cotidiano de muitas pessoas e instituições, sendo ela uma das maiores formas de obtenção de conhecimento. Le Coadic (1996), pesquisador da área da Ciência da Informação, destaca que o valor da informação varia conforme as necessidades e relevância para cada indivíduo, e do contexto em que é produzida e disseminada.

Para esse estudo, o conceito de informação mais adequado está direcionado à disponibilidade, pois, como disse Almeida Júnior (2004, p. 72), “[...] toda informação possui uma relação direta com a sociedade, mesmo se gerada e circulada apenas num âmbito limitado (empresa, instituição, etc.)”, visto que a informação deve estar acessível a todos, independente de gênero, raça ou classe social, o que demonstra o viés humanitário e social da Ciência da Informação.

Compreendendo a importância que a informação possui para a sociedade e para as organizações/instituições de segmentos diversos, o próximo capítulo abordará aspectos conceituais e características da disseminação da informação.

3 DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Como visto anteriormente, a informação se faz presente em tudo ao nosso redor. Está nas ações simples do cotidiano, como nas conversas informais, ou registradas em suportes físicos e eletrônicos, a exemplo dos livros, repositórios institucionais, ou em redes sociais.

Entendendo o significado que a informação possui para o desenvolvimento de todos, em todas as esferas do conhecimento, torna-se imprescindível que seja amplamente divulgada e acessível, disseminando toda a informação possível em ambientes físicos e virtuais diversificados.

Disseminar, segundo Barros (2003, p. 41), “significa, em alguma medida, divulgar, difundir, propagar, mediante condições e recursos de que se cerca o agente”. Barros (2003) ainda afirma que a disseminação, no que concerne desenvolvimento e cidadania, não é imparcial ou indiferente, e ressalta sua importância para o avanço do conhecimento.

Oliveira ([2006]) diz que na Biblioteconomia, o termo “disseminar” é entendido como o de difundir, espalhar, semear, considerando-se como a prática de levar a informação ao usuário através dos canais de comunicação, como mostra a figura 1, a partir do entendimento de Souza (2005):

Figura 1 – Disseminar - difundir, espalhar, semear



Fonte: Souza (2005).

Já Carvalho (2006, p. 17), diz que “Disseminação é fazer chegar a informação às mãos dos usuários de grupos de determinado campo de pesquisa que trabalha assuntos especiais.”

A Disseminação da Informação (DI) consiste em expandir todo e qualquer conhecimento, alcançando todo tipo de público, o que refletirá positivamente ao longo da vida. A relevância da disseminação da informação perante a sociedade se dá pelo fato de que, é através da democratização do conhecimento, que se promove a

conscientização da cidadania, refletindo em ações para construção de um futuro melhor.

Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento intelectual, social, cultural, do indivíduo, se deve ao fato dele ter acesso a informações disponibilizadas, e o uso que ele faz desse conhecimento.

Nesse prisma, para que a disseminação da informação aconteça, são necessários alguns aspectos que beneficiam o desenvolvimento da cidadania:

a) conhecimento sobre o usuário da informação, suas necessidades reais e seus desejos; b) a formação e a educação continuada do profissional da informação (bibliotecário e sua equipe) [...]; c) a contribuição dada pelo exercício do papel de formador de cidadãos pelo profissional da informação [...]; d) a disseminação da informação não é neutra; envolve uma carga ideológica de risco, mas que não permite a inanição ou a indiferença; e) a disseminação da informação, em que pesem todas as reflexões e aportes teóricos sobre o seu estatuto, se dá pela concretização da prática envolvendo serviços e produtos informacionais. (BARROS, 2003, p. 26).

Para Romani e Borszcz (2006, p. 69 apud PIRES, 2012, [p. 10]), disseminação da informação é a “divulgação contínua e regular das informações ou materiais recebidos pelas unidades de informação, seja por meio de serviços de alerta, elaboração de boletins informativos correntes, a fim de levar ao conhecimento dos usuários as informações de seu interesse.”

Sampaio e Moreschi (1990, p. 39) dizem que, na área da Biblioteconomia, a expressão disseminar:

Tem o sentido de semear, espalhar a informação, ou seja, o ato de levar ao conhecimento do usuário os documentos novos recebidos pela biblioteca, ou, ainda, num sentido mais amplo, divulgar entre os leitores as publicações relevantes e atuais para que possam através da atualização constante desenvolver suas pesquisas e projetos.

Desde os primórdios, o ser humano sentiu a necessidade de registrar e espalhar conhecimento. A informação passou a ser transmitida através de desenhos rupestres em paredes, pergaminhos e demais suportes, até o aparecimento da escrita como conhecemos atualmente. Com o surgimento da escrita, com o passar do tempo houve um grande aumento na produção de informação e acúmulo de documentos, havendo a necessidade de uma organização que não só facilitasse na difusão, como também na recuperação.

A Bíblia de Gutenberg¹⁴ foi o primeiro livro impresso e meio para disseminação da fé, causando uma verdadeira revolução cultural no século XIV. Ao longo dos anos, novas ferramentas eclodiram para que essa circulação fosse cada vez mais rápida, e com o surgimento da imprensa e das bibliotecas, foi adquirindo um papel fundamental na vida das pessoas e das organizações.

A disseminação da informação teve início na biblioteca, através da informação contida nos livros, seguida pela imprensa, estimulando a leitura e compartilhando conhecimento. Segundo o Manifesto da IFLA (1994, p. [1]), “a biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.”

No período medieval, o sentido das bibliotecas era a de guarda e conservação dos livros. Geralmente eram situadas em mosteiros ou nos castelos, e seu acesso era restrito, com a finalidade de manter o conhecimento longe do alcance das pessoas comuns. A igreja conservava em seu poder todo o documento e, devido a essa opressão, houve uma redução da produção escrita. Só posteriormente esse cenário mudou, visando o acesso à informação (CARVALHO, 2006).

Na Idade Moderna, através do Iluminismo e do Renascimento, promoveu-se o fim da influência da igreja, contribuindo para a criação e divulgação de diversas formas de conhecimento científico e cultural. A expansão marítima também contribuiu para o desenvolvimento da produção escrita e preservação de documentos (CARVALHO, 2006).

No século XVII, na Europa e nos Estados Unidos surgiram as primeiras bibliotecas com acesso gratuito ao público, formadas por um acervo geral de livros. Essas bibliotecas eram financiadas por famílias ricas, interessadas na divulgação de ideias, descobrimentos e invenções e, por serem de livre acesso, foram designadas como públicas (VIEIRA, 2014).

Já a biblioteca universitária, segundo Fonseca (2007), tem seu início na Idade Média e, para ele, uma biblioteca universitária tem a função de oferecer estrutura bibliográfica e documental aos cursos, pesquisas e serviços mantidas pelas universidades. O surgimento das primeiras universidades, pertencentes à igreja naquela época, foi um fato importante na difusão da informação e, com o advento da

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/23/biblia-de-gutenberg-4-fatos-surpreendentes-sobre-o-livro-que-mudou-a-historia.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.

internet anos mais tarde, o processo de disseminação proporcionou maior alcance, ficando essa procura mais frequente e ágil (SOUTO, 2010).

Nas bibliotecas, a transmissão da informação ganhou maior força com o aumento da produção científica, período em que o acesso à informação ganhou novo impulso. A habilidade das bibliotecas de selecionar, adquirir, organizar e prestar serviços referentes ao acervo, é a responsável pela organização de serviços de busca para o atendimento do usuário, para otimização da disseminação da informação.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a explosão informacional decorrente do avanço da ciência e da tecnologia do século XXI, havendo um crescimento significativo da produção informacional e documental, e com a rapidez em que os meios de comunicação disseminam informações, estimulando um grande interesse da população pela informação, provocou na sociedade uma necessidade maior de conhecimento e da busca por ferramentas de organização e recuperação que agilizasse essa busca (CARVALHO, 2006).

O grande volume informacional da época não gerava somente conhecimento, mas também trazia consigo muitos obstáculos de acesso aos dados, no que diz respeito a recuperação desses dados, para estudiosos e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento e, com a finalidade de satisfazer as expectativas de cada usuário de forma rápida e personalizada, a adoção de ferramentas que permita melhorar os serviços foi, e ainda é, a grande preocupação das instituições. E é aí onde entra a Disseminação Seletiva da Informação (DSI) que, embora não seja objeto desse estudo, far-se-á uma breve menção sobre a DSI.

Segundo Sampaio e Moreschi (1990, p. 39), a DSI “surge como uma maneira de se empregar técnicas eficazes para o controle, seleção e divulgação do material publicado esparsamente nas várias partes do mundo.”

Souto (2010, p. 11) diz que:

[...] numa visão mais atualizada, entende-se a disseminação seletiva de informações como aquele processo que a partir do perfil individual ou de grupo, identificado explícita ou implicitamente, encaminha, exhibe e/ou disponibiliza, aos usuários, um pacote informacional, resultante da seleção – realizada por meio de ação humana, de um sistema automatizado ou da combinação de ambos – a partir da comparação dos perfis dos usuários com os recursos informacionais disponíveis.

Dito isso, na Disseminação Seletiva da Informação, os serviços são focados nas demandas e interesses do usuário, onde prevê as necessidades de cada

indivíduo e atende suas expectativas, de acordo com um perfil de interesse previamente estruturado.

Com o advento da internet, ficou cada vez mais difícil manter o controle informacional. Por outro lado, a crescente produção e divulgação de informações foi otimizada pela facilidade de transmissão oferecida pelas redes, propiciando maior comunicação entre as pessoas e também no aumento das produções científicas, e o serviço de disseminação seletiva se fez ainda mais necessário.

Segundo Vieira (2016, p. 71), “A internet é hoje o principal veículo de disseminação das informações das instituições de modo geral, porém o usuário pode dispor de outras formas de acesso às informações.”

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) corrobora com esse pensamento ao dizer que:

A internet permite às pessoas e às comunidades do mundo inteiro, desde as menores e mais remotas localidades até as grandes cidades, o igual acesso à informação. Esta pode ser utilizada para o desenvolvimento pessoal, a educação, o estímulo, o enriquecimento cultural, a atividade econômica ou a participação informada na democracia. Todos podem apresentar seus interesses, conhecimento e cultura [via internet] e torná-los disponíveis para o mundo. (MANIFESTO DA IFLA, 2002, p. 4).

Atualmente, o processo de busca pela informação através do meio eletrônico vem crescendo cada vez mais, e o uso das novas tecnologias da informação, essenciais no processo de disseminação da informação, tem possibilitado ao usuário buscar conhecimento com mais frequência por meio de suportes digitais através das redes sociais, sites ou nos repositórios institucionais, obtendo o resultado da busca mais rápida, precisa e acesso a uma vasta gama de informações.

Segundo Marchiori (2002, p. 72), o potencial tecnológico existente dá suporte ao amplo acesso à informação, e esse acesso se fará de forma harmônica entre as mais variadas formas, aos mais diferentes tipos de informação, sejam elas textuais, gráficas, sonoras, visuais, atendendo necessidades individuais ou de um grupo de pessoas.

O processo de disseminação da informação se dá através de estratégias onde tem início com o emissor/autor, posteriormente são coletadas as informações, passando para a indexação das mesmas – método que permitirá agilizar a busca, divulgação dos serviços disponibilizados para os usuários, como mostra a figura 2 a seguir:

Figura 2 – Estratégia do processo de disseminação da informação



Fonte: Souza (2005).

A estratégia de divulgação dessas informações é importante para torná-las acessíveis aos usuários, visando a satisfação dos mesmos.

Embora o trabalho acadêmico seja voltado à comunidade acadêmica e, conseqüentemente, seria mais apropriado usar “disseminação da informação” nesse contexto, existem trabalhos acadêmicos voltados para esse conceito para públicos diversos utilizando como sinônimos, divulgação e difusão.

Carvalho (2003, p. 11, grifo nosso) complementa esse pensamento ao conceituar disseminação como:

[...] ato ou efeito de **disseminar e dispersão, difusão, distribuição, vulgarização**, entre outras denominações. Visa a organização de um sistema corrente de informação cujo processo consiste em suplementar a informação através de uma leitura adicional, afastando do usuário o material que não seja do seu interesse e dando acesso as informações relevantes. Trata-se de um processo que reúne pessoas e serviços, o autor da informação, os pesquisadores em busca da informação, os indexadores, os serviços de divulgação, o fornecimento dos documentos e o usuário.

Ao pesquisar o termo “difusão” no Dicionário Online de Português (2020, grifo nosso), obtém-se “Ação de divulgar, de tornar público, de difundir e propagar alguma coisa; propagação, [...] difusão de um texto [...] por um veículo de comunicação [...] sinônimo de **divulgação, propagação, disseminação** [...]”, o mesmo resultado que temos ao pesquisar por “divulgação”.

De acordo com a IFLA (2011, [p. 1]), principal organismo internacional que representa os interesses dos serviços das bibliotecas, de informações, e de seus usuários, a “divulgação de informações capacita os cidadãos a participar na aprendizagem ao longo da vida e da educação. Informações sobre as realizações do mundo permitem que todos participem de forma construtiva no desenvolvimento de seu próprio ambiente social.”

Percebe-se que diante das mudanças ocorridas na nossa sociedade, através das informações disseminadas, o indivíduo possa assimilar e se apropriar da informação recebida e possibilite não somente transformar sua realidade, mas também a realidade em seu entorno através do conhecimento disponibilizado.

O profissional da informação, especialista qualificado para executar os procedimentos técnicos da Biblioteconomia, onde atua tratando e disponibilizando a informação em seus recursos informacionais para facilitar e agilizar seu acesso no intuito de atender as necessidades informacionais de seus usuários, também possui viés socio-humanístico, e usa dessas competências em questões sociais, auxiliando pessoas na formação de senso crítico, contribuindo para a transformação social (PIRES, 2012).

Saracevic (1996, p. 42) disse que “[...] a CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia”, ao explicar uma das características que constituem a razão da Ciência da Informação.

No tocante de compartilhar conhecimento para fins socioeducativos, no que tange papel social, a divulgação científica tem a responsabilidade de transmitir informações e conhecimentos científicos e tecnológicos em uma linguagem que atenda não somente a comunidade acadêmica, mas também facilite a compreensão do público leigo. Portanto, é necessário que a comunidade acadêmica tenha esse olhar para a sociedade, de procurar meios para que ocorra essa inclusão social, contribuindo para introdução de debates sobre temas específicos, permitindo uma mudança de cenário na vida dessas pessoas (BUENO, 2010).

Para melhor compreensão sobre a importância que a disseminação da informação tem para a sociedade, nas mais diversas áreas, mais adiante conheceremos os tipos de fontes de informação, necessárias não somente para assimilação das estratégias, como também para criação e melhoria de ferramentas do processo de disseminação. Para agora, o próximo capítulo contempla a questão da violência contra a mulher.

4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ASPECTOS GERAIS

A violência contra a mulher é um problema recorrente em que expressa desigualdade de poder entre os gêneros e se estende a todas as classes sociais e culturas. Para compreender o significado desse tipo de violência, é necessário, inicialmente, apresentar alguns conceitos que norteiam esta pesquisa.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), através da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará” (1994), que completou 27 anos de sua adoção em junho desse ano, assinala que: “[...] entender-se-á como violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto na esfera pública ou na esfera privada”.

Segundo o *site* do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹⁵, do Governo Federal (2020), em um comparativo do mesmo período do ano de 2019, revelou que no primeiro quadrimestre de 2020 houve um aumento de 14,1% no número de denúncias feitas no canal de atendimento “Ligue 180”.

Embora bem atual, historicamente a violência contra a mulher é um problema antigo, decorrente de uma sociedade machista e patriarcal¹⁶, em que era evidenciada a diferença entre os sexos, onde o homem representava a razão, a figura viril, o “chefe” da família, e a mulher ocupava uma posição inferior de submissão, restrito apenas ao papel de dona de casa, mãe, de resignação, incapaz de decidir sobre si mesma.

Segundo a análise de Teles e Melo (2002, p. 27):

A violência de gênero tem sua origem na discriminação histórica contra as mulheres, ou seja, num longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas que visam a submissão da população feminina, que tem ocorrido durante o desenvolvimento da sociedade humana.

Marcondes Filho (2001) corrobora com esse pensamento quando diz que do ponto de vista histórico brasileiro, a violência contra a mulher tem raízes ainda em uma sociedade escravocrata, construída no modelo colonizador europeu que aqui se instalou.

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 1 nov. 2020.

¹⁶ O patriarcado é uma estrutura histórica onde os homens têm privilégios sobre as mulheres.

Ainda bem recentemente, no artigo 233, cap. II, do Código Civil Brasileiro de 2002, ainda constava que “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos” (BRASIL, 2002), onde competia a ele, dentre outras coisas, a decisão de autorizar ou não que ela trabalhasse fora, e até nos dias atuais, a sociedade ainda reflete e reproduz costumes de subordinação da mulher ao sexo masculino.

No entanto, a violência contra a mulher, diante do cenário de opressões sofridas e naturalizadas pelos padrões sociais da época, com a evolução das conquistas através dos movimentos feministas, como o direito ao voto, e da inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres começaram a questionar como eram vistas e tratadas e lutaram pelo direito de serem respeitadas como qualquer cidadão.

O modelo familiar da época era hierarquizado pelo homem, sendo que desenvolvia um papel paternalista de mando e poder, exigindo uma postura de submissão da mulher e dos filhos. Esse modelo veio a sofrer modificações a partir da Revolução Industrial, quando as mulheres foram chamadas ao mercado de trabalho, descobrindo assim, a partir de então, o direito à liberdade, passando a almejar a igualdade e a questionar a discriminação de que sempre foram alvos. Com essas alterações, a mulher passou a participar, com o fruto de seu trabalho, da manutenção da família, o que lhe conferiu certa independência. Começou ela a cobrar uma participação do homem no ambiente doméstico, impondo a necessidade de assumir responsabilidade dentro de casa e partilhar cuidado com os filhos. (DIAS, 2004, p. 22-24 apud GONÇALVES, 2012, p. 187).

A ruptura desses padrões sociais preestabelecidos pelo homem através das conquistas femininas, fragilizou o sistema de dominação imputados por eles e, segundo Giddens (2000, p. 92), aflorando maior necessidade de usar a força bruta para desestabilizá-las, para assim continuar mantendo o sistema de dominação e opressão, o que só denota a incapacidade masculina de adequar-se a uma sociedade de mulheres independentes e, ao mesmo tempo, expondo a omissão do Estado perante as mulheres, pois ao não se posicionar e tomar providências contra as agressões vividas pelas mulheres, legitimou as injustiças sofridas por elas durante muito tempo.

Pode-se tomar como exemplo dessa omissão, o caso de Maria da Penha. Nascida em 1º de fevereiro de 1945, Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica bioquímica, conheceu seu ex-marido e agressor Marco Antonio Heredia Viveiros, um colombiano, quando fazia mestrado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, em 1974, mesma instituição que ele fazia os seus estudos

de pós-graduação em Economia. Casaram-se em 1976, e foi somente após terem suas três filhas, que também eram agredidas por ele, e após ele ter conseguido cidadania brasileira, que começaram as agressões. Em 1983, Maria da Penha foi vítima de duas tentativas de feminicídio (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018).

Primeiro, ele deu um tiro em suas costas enquanto ela dormia. Como resultado dessa agressão, Maria da Penha ficou paraplégica devido a lesões irreversíveis na terceira e quarta vértebras torácicas, laceração na dura-máter e destruição de um terço da medula à esquerda – constam-se ainda outras complicações físicas e traumas psicológicos. No entanto, Marco Antonio declarou à polícia que tudo não havia passado de uma tentativa de assalto, versão que foi posteriormente desmentida pela perícia. Quatro meses depois, quando Maria da Penha voltou para casa – após duas cirurgias, internações e tratamentos -, ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018, p. 4).

Respaldados pela lei para que não fosse configurado abandono de lar e não corresse risco de perder a guarda das filhas, amigos e familiares da vítima providenciaram sua saída de casa. O primeiro julgamento de seu agressor só ocorreu em 1991, 8 anos após o crime. Foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas com recursos solicitados por seus advogados, saiu do fórum em liberdade. Mesmo psicologicamente abalada por conta da impunidade, Maria da Penha seguiu lutando. Em 1994 publicou o livro “Sobrevivi, posso contar”, relatando toda violência sofrida, favorecendo para a reabertura do caso.

Nesse momento, me senti órfã do Estado e decidi contar a minha história em um livro, pois se a Justiça não era capaz de condená-lo, os leitores poderiam fazer isso depois de lerem a minha história e os autos do processo. Foi assim que esse livro chegou às mãos de organizações não governamentais internacionais (CEJIL e CLADEM), que me perguntaram se eu aceitava denunciar o Estado brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018, p. 1).

Em seu segundo julgamento em 1996, Marco Antonio foi condenado a 10 anos e 6 meses (dez anos e seis meses) de prisão, contudo, mais uma vez escapou de cumprir sentença. Em 1998 o caso ganhou repercussão internacional. Com apoio do Centro para Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), e do Comitê Latino-americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Maria da Penha denunciou o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA, 2001).

A informação é de que o Brasil permaneceu omissos durante todo o processo. Somente em 2001, após receber várias notificações, o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. O parágrafo 61 do relatório nº 54/01 da CIDH/OEA (2001), deu as seguintes recomendações ao Estado brasileiro:

1. Completar rápida e efetivamente o processamento penal do responsável da agressão e tentativa de homicídio em prejuízo da Senhora Maria da Penha Fernandes Maia.
2. Proceder a uma investigação séria, imparcial e exaustiva a fim de determinar a responsabilidade pelas irregularidades e atrasos injustificados que impediram o processamento rápido e efetivo do responsável, bem como tomar as medidas administrativas, legislativas e judiciárias correspondentes.
3. Adotar, sem prejuízo das ações que possam ser instauradas contra o responsável civil da agressão, as medidas necessárias para que o Estado assegure à vítima adequada reparação simbólica e material pelas violações aqui estabelecidas, particularmente por sua falha em oferecer um recurso rápido e efetivo; por manter o caso na impunidade por mais de quinze anos; e por impedir com esse atraso a possibilidade oportuna de ação de reparação e indenização civil.
4. Prosseguir e intensificar o processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no Brasil. A Comissão recomenda particularmente o seguinte:
 - a) Medidas de capacitação e sensibilização dos funcionários judiciais e policiais especializados para que compreendam a importância de não tolerar a violência doméstica;
 - b) Simplificar os procedimentos judiciais penais a fim de que possa ser reduzido o tempo processual, sem afetar os direitos e garantias de devido processo;
 - c) O estabelecimento de formas alternativas às judiciais, rápidas e efetivas de solução de conflitos intrafamiliares, bem como de sensibilização com respeito à sua gravidade e às consequências penais que gera;
 - d) Multiplicar o número de delegacias policiais especiais para a defesa dos direitos da mulher e dotá-las dos recursos especiais necessários à efetiva tramitação e investigação de todas as denúncias de violência doméstica, bem como prestar apoio ao Ministério Público na preparação de seus informes judiciais.
 - e) Incluir em seus planos pedagógicos unidades curriculares destinadas à compreensão da importância do respeito à mulher e a seus direitos reconhecidos na Convenção de Belém do Pará, bem como ao manejo dos conflitos intrafamiliares.
5. Apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, dentro do prazo de 60 dias a partir da transmissão deste relatório ao Estado, um relatório sobre o cumprimento destas recomendações para os efeitos previstos no artigo 51 (1) da Convenção Interamericana.

Identificada a necessidade de tratar o caso com seriedade e em caráter de urgência, e após muitos debates entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade, posteriormente aceitação do projeto de lei, foi sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, a Lei N° 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha.

A luta de Maria da Penha durou 19 anos e seis meses. Como o crime já havia prescrito devido aos inúmeros recursos pelos advogados de defesa do seu ex-marido, seu agressor cumpriu somente 2 anos em regime fechado e os 8 anos restantes em regime semiaberto e aberto (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018).

Para sintetizar a evolução das principais leis dos direitos das mulheres, em diferentes décadas, vejamos o compilado disponibilizado na página do *instagram* do Senado, conforme a figura 3:

Figura 3 – Direitos das mulheres na legislação brasileira



Fonte: Senado Federal¹⁷ (2021).

¹⁷ SENADO FEDERAL. **Direito das mulheres na legislação brasileira**. [S. l.], 8 mar. 2021.

Instagram: @senadofederal. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CMJ9PwvDhsK/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 18 abr. 2021.

Destaca-se que a Lei N° 11.340/2006 foi a primeira Lei Federal a reconhecer que a violência contra a mulher independe de orientação sexual, e que foi através dela que surgiram as redes de enfrentamento, atendimento e as medidas protetivas de urgência.

Importante ressaltar que as redes de atendimento e enfrentamento apresentam distinção entre elas, embora se complementem. (QUADRO 2).

Quadro 2 – Características das redes de enfrentamento e as redes de atendimento de mulheres em situação de violência

Rede de enfrentamento	Rede de atendimento
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos)	Refere-se somente ao eixo da Assistência/ Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres

Fonte: Adaptado da Secretaria de Política para as Mulheres¹⁸ (2011).

De acordo com o quadro acima e com as referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a rede de enfrentamento consiste em articular ações para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e de políticas públicas para o fortalecimento no combate da luta das mulheres e de seus direitos, garantindo assistência adequada e responsabilização dos autores da violência (CFP, 2013).

Já a rede de atendimento diz respeito ao atendimento propriamente dito, às ações e serviços articulados de diferentes setores, no intuito de identificar e direcionar as mulheres em situação de violência para o atendimento a que ela se enquadra. Para melhor compreensão, a figura 4 traz exemplos das redes de atendimento:

¹⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 7 mar. 2021.

Figura 4 – Rede de atendimento à mulher em situação de violência



Fonte: Brasil¹⁹ (2020).

Fica claro que, para um bom desempenho, é necessário comprometimento e cooperação entre as redes, e que é necessário qualificar os profissionais que compõem essas redes de atendimento e acolhimento das mulheres em situação de violência (CFP, 2013).

Com a promulgação da Lei N° 10.788/2003²⁰, que estabelece a notificação compulsória dos casos que tenham indícios ou confirmação de violência contra a mulher, em todo território nacional, em instituições de saúde, sendo elas públicas ou privadas, reitera-se a importância e a responsabilização das mesmas neste processo, cabendo aos profissionais de saúde a realização da notificação, assim como prestar um atendimento humanizado (BRASIL, 2003).

¹⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 15 mar. 2021.

²⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.778.htm. Acesso em: 2 maio 2021.

Quando se fala de violência contra a mulher, imagina-se logo uma cena de espancamento, porém é muito mais abrangente que isso. Antes de um soco, de um empurrão, vem sempre ofensas, insultos, ameaças.

De acordo com o artigo 7º, da Lei Nº 11.340, Lei Maria da Penha, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamento, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III – violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Importante salientar um dos tipos da violência contra a mulher, a violência doméstica, não que os outros tipos sejam menos importantes, ou que exijam menos atenção, mas por fazer parte da maioria das ocorrências, pois engloba todos os tipos de violência descritas, e por ocorrer em um ciclo silencioso e perigoso em que muitas vezes resultam em morte dessas mulheres. Por isso faz-se necessário compartilhar esse ciclo, demonstrado na figura 5, e detalhado logo em seguida, para que mais mulheres possam, talvez, se identificar e denunciar:

Figura 5 – Ciclo da violência doméstica



Fonte: Instituto Maria da Penha²¹ (2021).

Segundo informações do Instituto Maria da Penha (IMP), na **fase 1** há aumento da tensão, aumento das discussões, o agressor se irrita por coisas banais, tem acessos frequentes de raiva, se humilha, ameaça, xinga, destrói objetos. Pode durar alguns dias, ou anos. Na maioria das vezes essas mulheres demoram a perceber que estão nesse ciclo e se culpam pelo ocorrido.

Na **fase 2**, explosão, momento de descontrole e intensificação das agressões. O agressor fica extremamente violento e todas as ameaças feitas na fase anterior se materializam nas cinco formas de violência doméstica: física (empurrões, chutes, amarrar, bater, violentar); moral (calúnia, injúria, difamação); patrimonial e econômica (controla seu dinheiro; se acha no direito de proibir de comprar coisas; destrói seus objetos pessoais; não te deixa trabalhar; oculta bens e propriedades); psicológica (te humilha; te insulta; te isola; te persegue; te ameaça); sexual (te

²¹ Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

pressiona; te obriga a fazer sexo, te exige práticas que você não gosta; te nega de usar preservativo; te nega o direito de adotar quaisquer métodos contraceptivos).

Nessa fase, mesmo tendo consciência das possíveis consequências, geralmente a mulher não consegue reagir. O sofrimento psicológico é tão grande que, dentre outros, ela nutre sentimento de vergonha, ódio de si mesma, e até pensamentos suicidas, impedindo-as, muitas vezes, de procurar ajuda.

Na **fase 3**, também chamada de lua de mel, o agressor diz estar arrependido, chora, implora por desculpa, diz que não vai mais acontecer. Nos dias que se seguem se torna uma pessoa muito amorosa, tudo para conseguir o perdão. A mulher desculpa, há um breve período de calma, e então o ciclo se repete. Com o passar do tempo, entre uma repetição e outra os intervalos entre os ciclos diminuem, e as agressões se tornam cada vez mais violentas e frequentes (BRASIL, 2020).

Algumas mulheres vivem nesse ciclo durante anos até conseguir procurar ajuda. Outras acabam morrendo. Muito se questiona sobre o motivo dessas mulheres permanecerem em relações violentas. Muitas vezes é por medo de denunciar por sofrer ameaças, ou por serem dependentes financeiramente. Outras porque não se sentem suficientemente seguras em denunciar por não saber exatamente dos seus direitos, ou por não se reconhecer num ciclo de violência. E aí onde está a importância de disseminação de conteúdos voltados para a questão da violência.

Até recentemente o ditado popular “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” era reproduzido. Mas graças às históricas mobilizações feministas ao longo dos anos, que lutaram por seus direitos indo às ruas, na política, até dentro de suas casas, reforçadas por campanhas de conscientização através da mídia, esse e outros jargões têm sido rebatidos e corrigidos. Mas ainda bem distantes de acabar.

Assim como os demais suportes em que a informação é disponibilizada, as mídias sociais têm importante papel no combate da violência contra a mulher pela velocidade e facilidade com que são vistas e compartilhadas. Ressalta-se a necessidade do uso de fontes de informação diversas no intuito de se conhecer melhor o fenômeno da violência, a fim de combatê-la, tanto no âmbito público, quanto no privado.

No capítulo a seguir, explanaremos sobre o que são fontes de informação, trazendo exemplos de algumas das principais fontes de informação no enfrentamento da violência contra a mulher.

4.1 Fontes de informação no combate à violência contra a mulher

Como foi dito anteriormente, a informação é vital para o desenvolvimento do ser humano nas diversas áreas e camadas da sociedade, e o uso de fontes de informação corretas tem importante papel no combate da violência contra a mulher, tanto para compreensão de como ocorre essa disseminação, como pelo caráter social e educativo, transformador da sociedade.

O conceito de fontes de informação é abrangente, pois envolve informações em formatos variados, a exemplo dos manuscritos, de publicações impressas, além de obras de arte, entre outras, podendo defini-las como tudo que produza ou veicule informação (CUNHA, 2001).

Já para Rodrigues e Blattmann (2014), as fontes de informação podem ser definidas como qualquer ferramenta que atenda a uma necessidade informacional, a exemplo de pessoas, serviços de informação, sites, programas de computador.

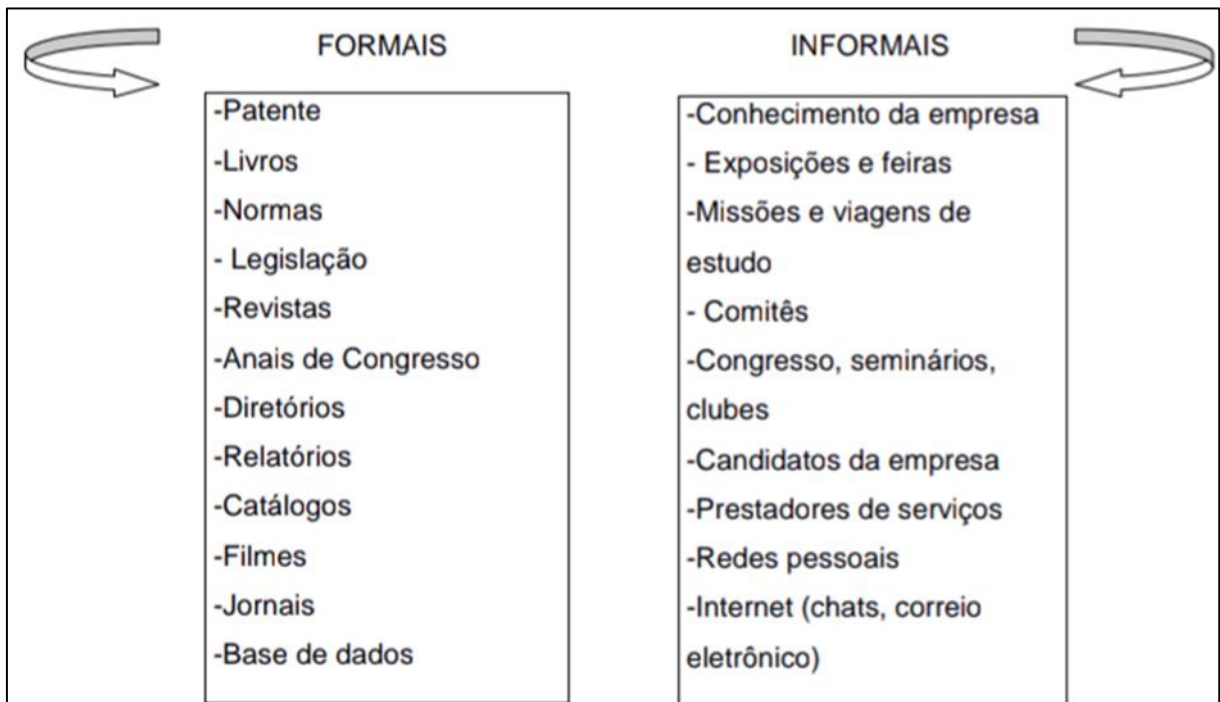
Brito e Lima (2015) citam os periódicos científicos como importantes fontes de informações confiáveis, por permitirem ampla divulgação e recuperação de materiais impressos ou eletrônicos indexados e frequentemente atualizados, satisfazendo as necessidades informacionais de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, possibilitando o desenvolvimento da ciência.

Percebe-se, então, que o conceito de fonte de informação é amplo e remete a inúmeros tipos de recursos informacionais, e que são utilizadas não somente no meio acadêmico, mas também por usuários comuns.

É importante reforçar que, atualmente, as mídias sociais “estão sendo consideradas cada vez mais como fontes de informação, apesar da confiabilidade das informações ser, muitas vezes, questionável e difícil de avaliar” (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p. 24) e, por esse motivo, é muito importante verificar a veracidade da informação antes de ser compartilhada.

No sentido de entender melhor a importância que a disseminação da informação tem para o público em geral, e para o enfrentamento da violência contra a mulher, englobando as mais diversas áreas, é necessário conhecer os tipos de fontes de informação – formais, informais ou eletrônicas, auxiliando na compreensão das estratégias e investindo na criação e melhoria de ferramentas do processo de disseminação para a detecção de informações relevantes. A figura 6 traz exemplos de fontes formais e informais:

Figura 6 – Tipos de fontes formais e informais

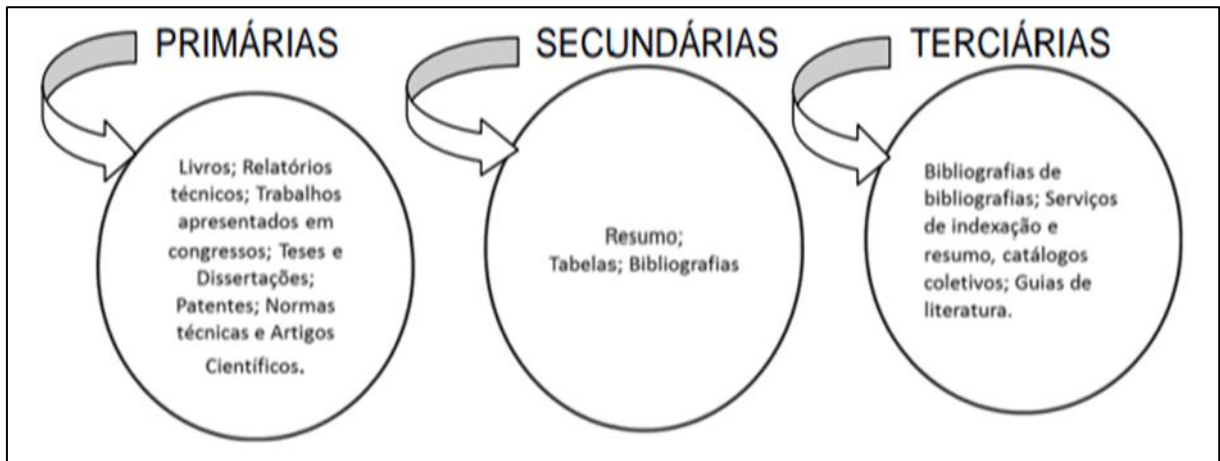


Fonte: Souza (2005).

Como mostrou a figura acima, as fontes formais são aquelas informações obtidas através algum formato físico, estando essa informação em suporte de papel ou eletronicamente como em um CD-ROM. As fontes informais são intangíveis, ou seja, aquelas obtidas em conversas, seminários, ligações telefônicas, entre outras. As fontes eletrônicas, a exemplo da internet, são aquelas obtidas através de veículos em que permite a pesquisa em vários endereços, em meio eletrônico (SOUZA, 2005, p. 62).

Campello; Cendón e Kremer (2000, p. 31) dizem que as fontes de informação podem ser também classificadas como primárias, secundárias e terciárias. As fontes de informações primárias são as informações originais, que podem ser publicadas em diversos formatos e sofrem interferência do autor. As secundárias facilitam o uso das primárias, por meio de sínteses e análises, sendo classificadas geralmente como obras de referências, a exemplo dos dicionários, enciclopédias, manuais, entre outros. As fontes terciárias são as que direcionam os usuários ao uso dessas informações – fontes primárias e secundárias, mais abrangentes e adequadas. A figura 7 mostra os exemplos dessas fontes:

Figura 7 – Tipos de fontes primárias, secundárias e terciárias



Fonte: (CAMPELLO; CEDÓN; KREMER, 2000, p. 31).

Com objetivo de contribuir para o aumento da visibilidade das produções científicas acadêmicas e preservação de memória institucional, os Repositórios Institucionais das Universidades são importantes exemplos de fontes de informação formais terciárias, tendo como missão armazenar, preservar, divulgar, facilitar e oferecer livre acesso à produção científica e institucional, sobre os mais variados temas, dentre eles o da violência contra a mulher.

Devido a grande disponibilidade e variedade de informações, em plataformas diversas, e no intuito de promover a contribuição que a disseminação da informação tem para o combate da violência contra a mulher perante a sociedade, se faz necessário conhecer os tipos de fontes de informação utilizadas por essas organizações e instituições que se unem na luta desse tipo de violência, para assim, refletir na responsabilidade social para conscientização e formação da cidadania.

Portanto, a seguir, far-se-á uma abordagem sobre fontes de informação de diversas instituições governamentais e não governamentais, exemplificando algumas fontes de informação utilizadas por elas.

Como um dos exemplos de fontes formais primárias no combate à violência contra a mulher, faremos um breve resumo sobre as principais leis vigentes para o enfrentamento da violência contra a mulher:

- **Lei N° 11.340/2006**

Em vigor desde setembro de 2006, a Lei N° 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que completará 15 anos este ano, é uma lei

Federal brasileira, reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento da violência contra a mulher, com o intuito de coibir a taxa da violência, principalmente dentro de suas residências (BRASIL, 2006);

- **Lei N° 13.104/2015**

Em vigor desde 09 de março de 2015, a Lei N° 13.104, também conhecida como Lei de Feminicídio, foi sancionada como qualificadora ao crime de homicídio de mulheres, por serem mulheres, especialmente no âmbito da violência doméstica e familiar (inciso I), ou quando houver menosprezo ou discriminação à condição de mulher (inciso II). A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto, se o crime for praticado contra menores de 14 anos, maiores de 60 anos, ou se for portador de alguma deficiência, e se o crime ocorrer na presença de descendentes ou de ascendentes da mulher assassinada. O crime de feminicídio está incluso no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Entre as fontes de informação dos órgãos nacionais e internacionais utilizadas para a disseminação no combate da violência contra a mulher, podemos citar, entre outros, além dos artigos e teses publicados sobre o tema nos repositórios institucionais das universidades, e das notícias veiculadas em revistas, sites e telejornais, as ações de enfrentamento dos sites de organizações governamentais e não governamentais, como do Ministério da Mulher, ONU Mulheres, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Maria da Penha, Instituto Patrícia Galvão, THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, os órgãos policiais, judiciais, Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, além dos serviços de disseminação e combate nas redes sociais das mesmas, na qual exploraremos mais informações sobre as ferramentas de algumas delas a seguir.

Como exemplo de fontes formais no combate à violência contra a mulher, temos, entre outras, as organizações governamentais:

• **Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE)**

Criada em 2011, a Coordenadoria da Mulher do TJ/SE²² assessora a Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe (Figura 8), elaborando políticas judiciárias para prevenção e repressão à violência doméstica, em conformidade com a Lei Maria da Penha, promovendo ações e projetos de combate e prevenção a crimes praticados contra a mulher, bem como projetos para fortalecer e resgatar a autonomia das mesmas.

Figura 8 – Layout Coordenadoria da Mulher



Fonte: CEVID/TJSE (2021).

Seu *Website* dispõe de manuais e cartilhas, assim como acesso a documentos jurídicos como de políticas públicas, pactos nacionais, decretos, diretrizes, informações sobre as redes de atendimento do Estado, e informações sobre eventos nacionais e locais sobre o tema;

²² COORDENADORIA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. **HomePage**. Aracaju: CEVID, 2021. Disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/>. Acesso em: 14 maio 2021.

- **Ministério Público de Estado de Sergipe (MP/SE)**

Com a premissa de zelar pela ordem social, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, o MP age como “fiscal da lei e defensor dos interesses sociais” e, através do Centro de Apoio Operacional (CAOp)²³ dos Direitos da Mulher (Figura 9), trabalha no acompanhamento da implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e conscientização sociais e pessoais decorrentes da violência.

Figura 9 – Layout do CAOp



Fonte: CAOp (2021).

Sua página dispõe de materiais informativos como documentos jurídicos, bem como cartilhas, informações dos projetos de combate à violência, além da realização de campanhas educativas visando a compreensão da população para a gravidade da questão.

²³ Disponível em: <https://www.portalweb.mpse.mp.br/Caop/Default.aspx?caop=5>. Acesso em: 14 maio 2021.

No intuito de explicitar a importância que as organizações não governamentais (ONG's) tem para a sociedade, como fontes de informação no enfrentamento da violência contra a mulher, serão aqui abordadas as seguintes:

- **Instituto Maria da Penha (IMP)**

O Instituto Maria da Penha (Figura 10) é uma ONG sem fins lucrativos fundada em 2009, com o objetivo de contribuir no combate à violência contra a mulher, bem como trabalhar para garantir a aplicação da lei, monitoramento e desenvolvimento de políticas públicas.

Figura 10 – Layout da página do IMP



Fonte: Instituto Maria da Penha (2021).

O Instituto também atua para:

- Promover e apoiar ações sociais que elevem o nível de qualidade da vida física, emocional e intelectual das mulheres;
- Contribuir para diminuir as ações de indiferença, banalização e omissão nas questões de gênero, as quais reforçam a cultura da violência contra a mulher;
- Desenvolver um trabalho estratégico de conscientização, através da promoção de eventos e campanhas sobre os conceitos ligados à cultura de gênero e violência sexista, bem como incentivar o debate para promoção de investimento social capaz de garantir os direitos de

cidadania, justiça, trabalho, emprego e geração de renda da mulher e da família;

Além do site, que contém materiais informativos, a exemplo da Lei Maria da Penha na íntegra e comentada, disponível para *download*, tem páginas no *instagram*, *Facebook* e *youtube*, e oferece *Workshops*, consultorias, materiais informativos, cursos de capacitação e palestras.

- **ONU Mulheres**

Criada em 2010 com o intuito de fortalecer e ampliar os esforços em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente articulados pelo movimento feminista, a ONU Mulheres tem parceria com a sociedade civil, com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também com as universidades, empresas e o sistema das Nações Unidas (ONU MULHERES, 2010). (FIGURA 11).

Figura 11 – Print da página ONU mulheres



Fonte: ONU Mulheres²⁴ (2021).

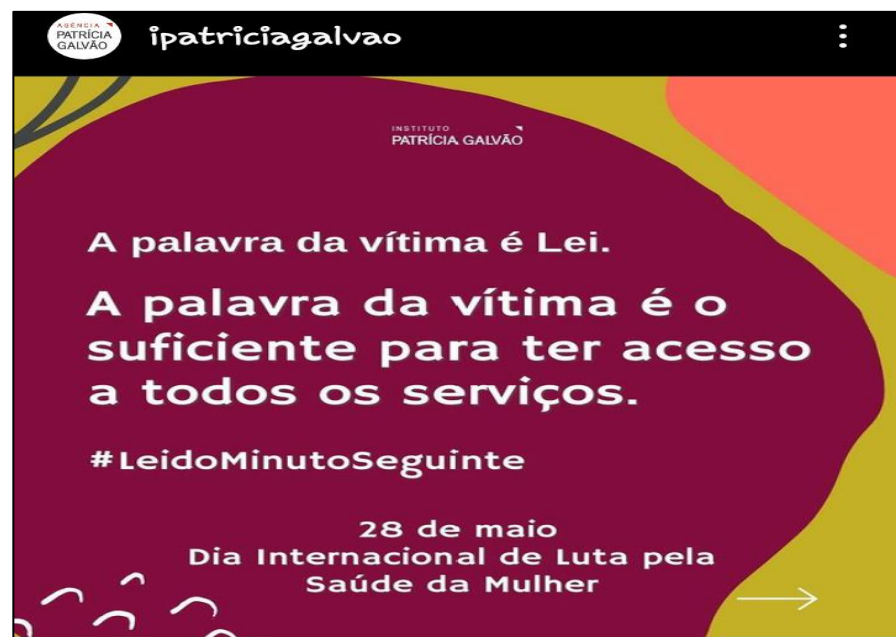
²⁴ ONU Mulheres. **Eu luto pelo fim da violência política contra mulheres.** [S. l.], 1 abr. 2021. Instagram: @onumulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/onumulheresbr/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Em suas páginas divulga informações não somente sobre a questão da violência contra mulheres, mas também sobre empoderamento feminino, divulga os projetos, eventos nacionais e internacionais, campanhas e *webinários*, além materiais informativos como vídeos, artigos, para fortalecimento da luta das mulheres, e empoderamento das mesmas.

● Instituto Patrícia Galvão

Fundado em 2001, o Instituto é uma organização social feminista sem fins lucrativos, que atua pelos direitos das mulheres e pela visibilidade e o debate público sobre essas questões na mídia. (FIGURA 12).

Figura 12 – Print da página Instituto Patrícia Galvão



Fonte: Instituto Patricia Galvão²⁵ (2021).

O instituto, além do site, tem páginas no *Facebook*, *twitter*, *youtube* e *instagram*, onde produz e divulga notícias, dados e conteúdos sobre as várias faces da violência contra a mulher, informações sobre os direitos das mulheres e redes de apoio, informações sobre os instrumentos normativos, dossiês, videoteca, promove *webnários* sobre a questão da

²⁵ INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **A palavra da vítima é Lei**. [S. l.], 26 maio 2021. Instagram: @ipatriciagalvao. Disponível em: <https://www.instagram.com/ipatriciagalvao/>. Acesso em: 27 maio 2021.

violência, e é referência nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação.

- **Mapa do acolhimento**

O Mapa do acolhimento é uma rede que conecta mulheres de todo o Brasil que sofrem violência à psicólogas e advogadas de forma voluntária, e funciona como demonstra na figura 13:

Figura 13 – Mapa do acolhimento: como funciona?



Fonte: Mapa do acolhimento (2021).

Em suas páginas são divulgados materiais informativos sobre violência de gênero, guia sobre os serviços públicos da rede de apoio, além de projetos sociais e campanhas como a exemplo da campanha #Tôcomelas, e orientação de serviços públicos de proteção às mulheres.

- **Think Olga**

Com páginas no *Facebook*, *instagram* e *linkedim*, *Think Olga* é uma ONG que atua junto à sociedade civil, com a missão de sensibilizar a sociedade para as questões de gênero, além de auxiliar na educação, oferecendo meios necessários para que as pessoas que “se identifiquem

como agentes de mudança na vida das mulheres, colaborando na construção de um mundo mais igualitário e justo” (THINK OLGA, 2021). A figura 14 traz uma postagem da página sobre o ranking da violência contra a mulher:

Figura 14 – Print da página Think Olga no instagram



Fonte: Think Olga²⁶ (2021).

Dispõe de ferramentas de apoio como cartilhas, documentários, materiais sobre assédio, de combate ao estupro, violência virtual; divulga projetos e eventos aliados com outras organizações para atuar desde o diagnóstico, desenvolvimento de estratégias, até a criação de conteúdos, campanhas e iniciativas sociais alinhadas aos problemas vivenciados pelas mulheres (THINK OLGA, 2021).

- **Eu sou a Glória**

Projeto que se utiliza de inteligência artificial (sim, Glória é um robô!), desenvolvido em 2018 para coletar, analisar e disponibilizar dados relacionados à problemática da violência contra as mulheres, no intuito

²⁶ THINK OLGA. **O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo.** [S. l.], 7 out. 2020. Instagram: @thinkolga. Disponível em: https://www.instagram.com/think_olga/. Acesso em: 22 abr. 2021.

de coibir a violência e otimizar ferramentas já existentes para garantir o direito dessas mulheres, gerando conteúdo como vídeos educativos e divulgação de materiais informativos para conscientização da população em geral. A figura 15 apresenta o print da página do *instagram*:

Figura 15 – Print da página Eu sou a Glória



Fonte: Eu sou a Glória²⁷ (2021).

Além do *instagram*, Glória utiliza as páginas no *Facebook*, *twitter* e *youtube* para disseminar informações sobre o tema.

- **Mas ele nunca me bateu**

Página do *instagram* (Figura 16) que visa informar, apoiar e auxiliar mulheres que sofrem violência, com relatos de violência vivenciados por algumas das seguidoras da página, como forma de se fortalecerem.

²⁷ EU SOU A GLÓRIA. **Acabar contra a violência de mulheres e meninas.** [S. l.], 25 nov. 2020. Instagram: @eusouagloria. Disponível em: <https://www.instagram.com/eusouagloria/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Figura 16 – Print da página Mas ele nunca me bateu



Fonte: Mas ele nunca me bateu²⁸ (2021).

Traz abas com um leque variado de informações elucidativas sobre todos os tipos de violência contra mulher, dicas de filmes sobre o tema, materiais sobre as principais leis, divulgação de palestras sobre a temática, além realizar vaquinhas para dar apoio financeiro para aquelas que precisam sair de casa em caráter de urgência, e também para as que já saíram e necessitam de auxílio financeiro. A página é formada por advogadas e psicólogas voluntárias.

Como visto, as fontes de informação são importantes ferramentas de disseminação da informação das organizações/instituições aliadas na disseminação do empoderamento feminino e no enfrentamento da violência contra a mulher.

Vale ressaltar que, como exemplo dessas fontes de informação, a internet é considerada tanto como fonte formal e informal, como primária, secundária e terciária, e tem papel importantíssimo da disseminação da informação no combate à

²⁸ MAS ELE NUNCA ME BATEU. **Ele me agrediu verbalmente e fisicamente...** [S. l.], 1 jul. 2021. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

violência de gênero pela facilidade e rapidez de acesso e compartilhamento das informações.

Sabendo do poder que a informação traz para a sociedade em geral, e em especial para a luta das mulheres, o tópico a seguir informa as redes de apoio no combate da violência contra a mulher existentes na cidade de Aracaju – SE.

4.2 Instituições de apoio no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju – SE

Segundo estudo²⁹ realizado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) sobre o cenário da criminalidade no nosso Estado, em parceria com a Coordenadoria de Estatísticas e Análises Criminais (CEAcrim) da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP/SE), realizado em 2020, e divulgado em maio desse ano, a violência doméstica no Estado cresceu 2,4%, em comparação ao ano anterior. De acordo com os dados, foram 1.254 casos só no primeiro ano da pandemia. Vale lembrar que, por conta do confinamento das mulheres com seus agressores, muitos casos foram subnotificados.

Conforme o Ministério Público de Sergipe (MP/SE), baseado nos levantamentos do CEAcrim e da SSP/SE, de janeiro a novembro de 2020 foram registrados 14 casos de feminicídios³⁰. O quadro 3 apresenta os casos de violência doméstica nos municípios de Sergipe:

Quadro 3 – Casos de violência doméstica nos municípios de Sergipe

Municípios de Sergipe com maior números de casos de violência doméstica em 2020						
Maior n° de casos			Maior taxa		Maior variação	
Posição	Município	Número	Município	Taxa	Município	Variação
1°	Aracaju	380	Macambira	143,7	Gen. Maynard	(-)
2°	N. Sr ^a do Socorro	132	Malhador	102,7	Ribeirópolis	446,5
3°	Lagarto	61	Frei Paulo	96,4	Brejo Grande	198,4

²⁹ Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/67249-relatorio-aponta-queda-de-tres-tipos-de-crime-em-sergipe-violencia-domestica-aumenta>. Acesso em: 18 maio 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www.mpse.mp.br/index.php/2020/12/30/o-feminicidio-de-hoje-foi-a-ameaca-de-ontem-mpse-reforca-a-importancia-da-mulher-denunciar-a-violencia/>. Acesso em: 11 maio 2021.

4°	Itabaiana	60	Canindé do S. Francisco	95,4	Riachão do Dantas	120,0
5°	São Cristóvão	56	Gen. Maynard	88,7	Macambira	98,8
(-) variação sobre zero.						

Fonte: Adaptado de UFS (2021).

No quadro podemos observar que no Estado de Sergipe, no ano de 2020, Aracaju ocupou a 1ª posição dos números de casos de violência contra a mulher, reforçando a importância deste trabalho, seguida de N. Srª. do Socorro (2º lugar) e, em 3º lugar, Lagarto.

O estudo revelou também a relação dos casos de violência doméstica nos bairros da cidade de Aracaju. (QUADRO 4).

Quadro 4 – Bairros de Aracaju com maior número de casos de violência doméstica

Bairros de Aracaju com maior nº de casos de violência doméstica (mar./jul. 2020)					
Maior nº de casos			Maior variação percentual		
Posição	Bairro	Número	Posição	Bairro	Variação
1°	Santa Maria	16	1°	Siqueira Campos	500,00
2°	Stos. Dumont	12	2°	Getúlio Vargas	100,00
3°	Porto Dantas	9	3°	São Conrado	33,33
4°	Zona de Expansão	9	4°	Stos. Dumont	20,00
5°	São Conrado	8			
6°	Cidade Nova	7			

Fonte: Adaptado de UFS³¹ (2020).

Diante do aumento do número de casos em todo o país, e do caráter social desse trabalho, a pesquisadora constatou ser importante criar esta seção como mais um meio de disseminação das fontes de informação, elencando algumas das principais instituições de apoio na luta da violência contra a mulher da cidade de Aracaju.

Conforme demonstrado, o Estado de Sergipe apresentou crescimento no número de casos de violência contra a mulher. Para satisfazer os objetivos deste estudo, de identificar as ações de disseminação da informação em 5 instituições de referência no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju – SE, bem

³¹ Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/66551-estudo-analisa-indices-de-criminalidade-durante-eclosao-da-pandemia-em-aracaju>. Acesso em: 18 maio 2021.

como as fontes de informação utilizadas pelas mesmas, faremos a caracterização de algumas instituições de referência da nossa cidade, no que tange ao combate da violência contra a mulher, a exemplo da CEVID/TJ-SE e do MP/SE já mencionadas no capítulo anterior.

Entidade jurídica que atua não somente em defesa dos direitos e deveres dos advogados, a **OAB** representa o interesse da sociedade e da coletividade à luz da Constituição. Com o objetivo de atender as demandas da mulher em diferentes aspectos, visando a dignidade humana da mulher, a Comissão de Defesa e Direitos da Mulher da Ordem dos Advogados de Sergipe (**CDDM/OAB-SE**) elabora e divulga em seu *site* institucional, eventos, campanhas, cartilhas, seminários, além de capacitação de advogados voluntários, como estratégias para o combate à violência de gênero, em parceria com os demais órgãos responsáveis, buscando combater e frear esse tipo de violência, como também promover a conscientização da população. A Ordem dos Advogados do Brasil está localizada na Av. Ivo do Prado, bairro São José, em Aracaju.

Localizado no bairro São José, o Núcleo de Defesa e Proteção aos Direitos das Mulheres (**NUDEM**) articula políticas de proteção e defesa da mulher nas áreas cível e criminal, abrangendo assistência jurídica em conformidade com o art. 28 da Lei 11.340/2006. Entre as ações para disseminar informação estão as ações de conscientização sobre o combate à violência de gênero, através de campanhas e palestras em escolas, instituições e comunidades, e divulgadas nos canais de comunicação (*twitter, instagram, website*) da Defensoria Pública.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher (**CREAM**), oferece não somente acolhimento às vítimas de violência, como também dá assistência psicológica e social, orientação, encaminhamento jurídico das mulheres em situação de violência, além de monitoramento das ações desenvolvidas, o que desperta confiança, evitando desistências. Entre os canais de informação utilizados pelo órgão para disseminar as ações de disseminação, estão videoconferências sobre a rede de enfrentamento da violência, materiais informativos como cartazes e cartilhas, baseados em normas técnicas e legislações vigentes, além de propagandas nos meios de comunicação local e de divulgação nas redes sociais da prefeitura.

O Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (**DAGV**), departamento da polícia civil, localizada na rua Itabaiana, Centro de Aracaju, centraliza os procedimentos abertos em outras delegacias relativos a crimes contra

grupos vulneráveis, além de realizar atendimento às vítimas por profissionais qualificados, abertura de inquéritos e termos circunstanciados e fazem investigações de queixas advindas do Disque-Denúncia 181, dos Conselhos Tutelares e de entidades de defesa da pessoa humana, ou por contatos direto do órgão. Ela também atua na prevenção da violência, mobilizando a sociedade através de campanhas e palestras, distribuição de cartilhas, disseminando informações inerentes a questão da violência contra a mulher e onde procurar ajuda, exibição de vídeos educativos sobre a temática, entre outros, e suas ações são divulgadas no *website* e nas mídias sociais da SSP/SE, e nos canais de comunicação local.

A Associação de Travestis e Transgêneros de Aracaju (**ASTRA**) – Direitos Humanos e Cidadania LGBT, é uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 30 de novembro de 2001, na cidade de Aracaju - SE, reconhecida pela Lei estadual N° 5.198, de 09 de julho de 2006, que fornece apoio jurídico, psicológico e social à comunidade LGBT em Sergipe. As páginas da ASTRA (*Facebook* e *instagram*), apresenta uma gama de recursos informacionais voltados para o público LGBTQI+, a exemplo da divulgação de palestras, debates, materiais informativos, campanhas, projetos na área da saúde, além de fornecer assessoria jurídica e psicológica.

Localizada no bairro Aeroporto, o Instituto Social **Ágatha**³² é uma organização sem fins lucrativos, que atua desde 2016 no resgate da autonomia da mulher em situação de vulnerabilidade sócio econômica e no combate da violência contra a mulher, através de atendimento psicossocial e jurídico, de realização de cursos de capacitação profissional, doação de cestas básicas, palestras, programas e projetos de conscientização, além do compartilhamento de informações inerentes à violência de gênero, ações estas divulgadas em seu *website* e nas páginas do *instagram*.

Dentre outras ONG's espalhadas por nossa cidade, Aracaju conta também com o **Instituto Ressurgir Sergipe**³³, instituição sem fins lucrativos que atua na prevenção e no enfrentamento da violência contra a mulher, com o intuito de informar, orientar, e encaminhar as mulheres em situação de violência para as redes de

³² INSTITUTO SOCIAL ÁGATHA. **Institucional**. Aracaju, 2021. Disponível em: <http://www.ongagatha.org.br/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

³³ INSTITUTO RESSURGIR SERGIPE. **Quem somos**. Aracaju, 2021. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/quemsomos/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

atendimento. Seu *website* contempla não somente de informações sobre a temática, como também divulga as ações e projetos promovidos pelo instituto, e dispõe de um riquíssimo leque de materiais informativos como manuais, cartilhas, dicas de vídeos para debates, dicas de filmes sobre o tema, dicas de documentários. Além do *website*, o instituto também conta com canais no *instagram* e *Facebook*, e sua sede está localizada na Av. Pedro Paes Azevedo, Grageru.

Além das instituições detalhadas acima, de acordo com informações do *site* da CEVID/TJ-SE, a cidade de Aracaju conta também com os Centros de Referência da Assistência Social espalhados por diversos bairros da cidade, com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com a Coordenadoria de Política para as Mulheres, com o Centro de Atenção Psicossocial, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, além de diversas ONG's, a exemplo da ONG CasAmor Neide Silva.

A única casa abrigo do Estado, ainda de acordo com informações do *site* da CEVID/TJ-SE, se localiza na Barra dos Coqueiros – SE.

O próximo capítulo trará a análise de trabalhos sobre violência contra a mulher disponíveis em bases de dados da Ciência da Informação.

4.3 Violência contra a mulher: abordagem na Ciência da Informação

Como sabemos, a violência de gênero foi naturalizada durante décadas, e uma das formas para lutar contra essa relação de poder que o homem acha que tem sobre a mulher e, conseqüentemente, a esse tipo de violência, é dando visibilidade ao fenômeno por meio da conscientização da população através da informação. No entanto, os trabalhos sobre o tema publicados no campo da Ciência da Informação (CI) ainda são poucos diante da seriedade do problema. Em pesquisa realizada em algumas bases de dados da área³⁴, realizou-se buscas por palavras-chave dos artigos que trabalham com a temática “violência contra a mulher”, e foram recuperados ao

³⁴ Pesquisa realizada no período de setembro a novembro de 2020, através de trabalhos indexados nas Bases de dados da comunidade de Ciência da Informação da BRAPCI, ERIC, PERI, RIUFS, OASISBR, BDM, RIUNB, RIUFBA, RIUFRJ, RIUFRN, BDTDUSP, RIUFSC e apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

todo (18) trabalhos que abordam esse assunto, no qual escolhemos alguns, sendo que estes últimos estão mais ancorados a pesquisa em tela.

Como uma das funções do profissional Bibliotecário é atender as necessidades informacionais de seus usuários, o trabalho de Salomon (2017), teve como objetivo investigar a influência dos filtros na busca e recuperação sobre a violência doméstica contra a mulher sob o ponto de vista dos estudos da prática informacional e da competência em informação, visto que “A Competência em Informação envolve as dinâmicas informacionais de busca e recuperação da informação e, portanto, os filtros podem afetar diretamente esse processo” (SALOMON, 2017, p. 14). A metodologia aplicada foi descritiva, de abordagem qualitativa e, para coleta de dados, utilizou-se os buscadores *Google* e *DuckDuckGo*, através da estratégia de busca “violência doméstica contra a mulher”, utilizando para a análise de dados, a análise temática. A autora informou que a escolha desses dois buscadores se deu pois ambos possuem características diferentes, possibilitando fazer a comparação dos resultados, e se influencia no tipo de informação recuperada. Os resultados mostraram que o uso de buscadores diferentes impacta diretamente nos resultados das buscas e nos filtros informacionais dos pesquisadores. Concluiu-se que diante da diversidade de recursos informacionais, torna-se necessária a promoção de uma atitude competente em informação.

O trabalho de Silva e Côrtes (2019), teve como objetivo analisar a contribuição da mediação da informação para o desenvolvimento social de mulheres usuárias da Casa Abrigo (CA), no Estado da Paraíba, para mulheres em situação de violência doméstica.

A Casa Abrigo é uma moradia protegida, temporária, com atendimento integral, destinada às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, em iminente risco de morte. Tem caráter sigiloso e é monitorada 24 horas por policiais, para garantir a segurança das mulheres e das profissionais. Tem capacidade para abrigar 20 mulheres e 10 crianças e/ou adolescentes. O período de abrigamento é de até 90 dias, prorrogável por igual período, depois de avaliação da equipe. As mulheres são encaminhadas por outros serviços da rede de proteção, quando não há alternativa para garantir sua vida. (SILVA; CÔRTEZ, 2019, p. 4).

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como descritiva e de natureza qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados, fontes documentais e entrevistas, utilizando-se de estatística descritiva e análise de conteúdo para análise dos dados. Nos resultados foram descritos a quantidade de

mulheres que passaram pela CA no período de 2011 a 2018, assim como, escolaridade, etnia, idade, situação financeira e conjugal, e tipo de violência sofrida. Constatou-se que a mediação da informação, por proporcionar que as vítimas percebam a violência que estão sofrendo e das ações para enfrentamento, é um potencializador no processo de protagonismo social das mulheres, reforçando que “decidir se encaminhar a um órgão estatal, de endereço sigiloso, sem contato com familiares e amigos (as), por um período de tempo, significa tomar posição **protagonista** em relação ao machismo e à misoginia e salvar a própria vida” (SILVA; CÔRTEZ, 2019, p. 3, grifo nosso).

Segundo Côrtes, Alves e Silva (2015, p. 16), “O impacto social e a eficácia das ações de prevenção e redução da violência doméstica dependem da integração de serviços da rede de atendimento, com vistas a consubstanciar o acesso e a intervenção humanizada”. Sendo assim, o trabalho desenvolvido pelas autoras teve como objetivo destacar a importância entre mediação da informação e a violência doméstica contra as mulheres, através da criação de um banco de dados e a disseminação de dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL). Com uma abordagem metodológica do tipo descritiva, de natureza quantitativa, utilizou-se dos registros das mulheres atendidas no CERMFL em 2014 como fontes documentais. Nos resultados foram apresentados gráficos com dados quantitativos do ano de 2014, baseados na faixa etária, renda, etnia, situação conjugal, escolaridade, os canais de informação pelos quais as mulheres tomaram conhecimento da existência do órgão, a relação das mulheres com o agressor e o local de ocorrência. Através da análise dos dados, chegaram à conclusão de que a produção e o compartilhamento de informações confiáveis são essenciais no combate da violência contra a mulher, no tocante de atingir o maior número de pessoas, o que reforça a importância do poder que a informação possui.

Nessa mesma linha, o trabalho desenvolvido por Rezende (2017), teve como foco jovens da 1ª série à 3ª série do ensino médio de escola pública da cidade de Itabaiana, interior de Sergipe, com o objetivo de conhecer a percepção dos adolescentes sobre violência contra a mulher, e o que os motivou ter interesse pelo assunto.

Sabe-se que a adolescência é uma fase importante da vida humana, em que os/as jovens fazem descobertas sobre seu corpo, seus sentimentos, constroem laços de amizade, e começam a adentrar o mundo adulto. É

também nessa fase que, geralmente, se iniciam os relacionamentos afetivos [...]. Porém, a experiência com situações de agressão e maus-tratos nessa etapa, pode constituir-se em um sério problema [...]. (REZENDE, 2017, p. 151).

Com estudo de campo, do tipo descritivo, de cunho qualitativo, utilizou-se de entrevistas e análise de dados. Nos resultados foram descritos os dados da análise das entrevistas e discussão sobre os mesmos, com base na literatura sobre violência contra mulher, violência nas relações íntimas e representações sociais. A autora destacou a importância de que é necessário desenvolver trabalhos para conscientizar os adolescentes sobre as situações de violência não somente no seu núcleo familiar como também em relações de namoro a fim de evitar maiores problemas na vida adulta pois, como mesmo disse a autora, presenciar essas situações pode tender a normalizar e replicar as ações nos seus relacionamentos íntimos.

Com o objetivo de relatar o conhecimento dos alunos do curso de Biblioteconomia do 8º ao 10º período, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em relação à violência contra mulheres, Ferreira (2015), desenvolveu um trabalho que seguiu uma metodologia de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, fazendo uso de questionário para coleta de dados, utilizando-se de gráficos e quadros para expor esses dados, de acordo com etnia, gênero, faixa etária, renda, período do curso. A autora destacou que, apesar de vivermos em um mundo onde há frequente informação sobre essa temática, as alunas do curso pouco conhecem sobre o assunto, enfatizando a importância que o/a bibliotecário/a tem por meio da sua responsabilidade social, contribuindo no enfrentamento da violência contra mulheres, seja por meio da produção, disseminação, facilitação de acesso da informação, como também na conscientização dos direitos das mulheres que vivem em situação de violência.

Nesta perspectiva, o campo da CI pode fortalecer a redução das desigualdades por meio da atuação da/o bibliotecária/o como mediadora/or no tratamento, disseminação e publicização de conteúdos informacionais atinentes a políticas públicas de enfrentamento da problemática. (FERREIRA, 2015, p. 28).

Complementando a afirmação anterior, vale ressaltar que as tecnologias da informação e comunicação (TIC) influenciam e facilitam o trabalho de diversas áreas do conhecimento. A pesquisa desenvolvida por Romeiro e Bezerra (2018), teve como objetivo descrever e analisar alguns dos elementos principais do sistema de

informação sobre crimes contra a mulher, baseados nas inovações digitais, assim como os instrumentos normativos, na qual adotou metodologia qualitativa, utilizando-se de referências bibliográficas e documentais para realizar uma análise de conteúdo dos instrumentos normativos.

Os resultados se deram através do estudo e discussão de documentos históricos e normativos como a Lei Maria da Penha, a Lei de Acesso à Informação e da representatividade da figura feminina na política, dentre outros, ressaltando que, “[...] por conta da histórica opressão à condição feminina que caracteriza a cultura de sociedades patriarcais como a brasileira, muitos dos mecanismos de proteção aos direitos das mulheres foram implementados apenas nos últimos 30 anos [...]” (ROMEIRO; BEZERRA, 2018, p. 3673).

Apesar de reconhecer que a resolução do problema ainda tem uma longa estrada pela frente, dá ênfase para a contribuição dos avanços sociais e tecnológicos, contribuindo para as denúncias e registros dos crimes sexuais, e salienta que a participação das mulheres na política é uma peça importante para que haja mais discussões e desenvolvimento de novas pautas de interesse das mulheres (ROMEIRO e BEZERRA, 2018).

Ainda seguindo a linha dos recursos de informação, o trabalho desenvolvido por Côrtes, Luciano e Dias (2012), teve como objetivo analisar as ferramentas de informação utilizadas pelo Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra para dar visibilidade ao problema e impulsionar no combate à violência contra mulher através da informação. “[...] o CRMEB assume papel central, na perspectiva de acolher e de fortalecer as mulheres de forma humanizada, para que resgatem a autoconfiança, a autoestima e a autonomia” (CÔRTEES; LUCIANO; DIAS, 2012, p. 148). Com abordagem metodológica exploratória e quantitativa, utilizou-se de pesquisa documental para coleta de dados e descreveram os canais de informação disseminados pelo Centro de Referência, traçando o perfil das mulheres atendidas no referido órgão, enfatizando que, de 2007 a 2011, 1.227 (um mil, duzentos e vinte e sete) mulheres procuraram o órgão para registrar agressões cometidas em sua maioria por seus companheiros, familiares ou pessoas conhecidas, concluindo que a disseminação das ações do Centro contribui para a compreensão da dinâmica da violência pela população, e fortalece ainda mais as políticas públicas dos direitos das mulheres.

O trabalho de Campos e Almeida (2017), propôs, por meio de análise documental dos sistemas de informação, uma reflexão de como a informação é inserida nos sistemas, tendo como paradigma a inserção no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, levando em consideração dados sobre os aspectos culturais da violência, relatos do agressor, e em como as opiniões dos profissionais, fundamentadas nas próprias crenças, podem interferir na objetividade da informação.

As autoras supracitadas ainda destacaram que os estudos³⁵ demonstraram que há casos de subnotificação por parte dos profissionais responsáveis pelo atendimento às mulheres em situação de violência, o que repercute na qualidade da informação disponibilizada. Através de revisão bibliográfica e documental, ficou observado que os aspectos culturais da sociedade repercutem na maior parte das informações inseridas nas notificações por esses profissionais, o que reflete negativamente no enfrentamento da violência contra as mulheres, e se faz necessária capacitação dos técnicos para desconstrução e ressignificação de valores arraigados culturalmente.

O crescimento dos casos, mesmo apesar de tantas ações políticas e midiáticas, é um alerta para que haja mais divulgação e discussão do assunto como tentativa de conscientizar um número maior de pessoas para se alcançar um controle, elaboração de mais políticas públicas e, quem sabe, um fim para o problema.

Visto o aumento das mobilizações por meio das estruturas sociais da internet, o trabalho desenvolvido por Santini, Terra e Almeida (2017), teve como objetivo analisar como funciona as atividades dos movimentos contra assédio nas redes sociais, na qual a abordagem metodológica foi estudo de caso da *hashtag* #primeiroassédio, ocorrida em 2015.

Em 2015, a Think Olga criou a campanha #primeiroassédio, em apoio à menina de 12 anos que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet durante participação em um reality show de culinária. Criamos a hashtag #primeiroassédio no Twitter e convidamos nossas leitoras a compartilhar suas histórias de primeiro assédio. As respostas nos ajudaram a constatar que a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos – e grande parte dos crimes, 65%, são cometidos por conhecidos. Mas também descobrimos que anos de silêncio têm a capacidade de tornar as vozes ensurdecedores quando redescobertas. Nos primeiros cinco dias da campanha, a hashtag foi replicada mais de 82 mil vezes, entre tweets e retweets. (THINK OLGA, 2015).

³⁵ Estudo de campo através da análise e observação da elaboração das fichas de notificação.

Para extração de dados usaram o *software Radian 6 Analysis Dashboards*³⁶, e os resultados demonstraram que um perfil outrora com pouca visibilidade, pode se tornar um grande aliado na reflexão e combate do fenômeno, chegando à conclusão de que os movimentos das redes são bastante úteis e necessários para o surgimento de campanhas de ação política com grande repercussão e eficácia entre os usuários.

Segundo Rocha e Moreno (2012), ao mesmo tempo que as redes sociais facilitam a interação entre seus usuários, causa muita desordem das informações, e o uso das *tags* possibilita organização importante para recuperação dessas informações. Com o crescimento das páginas de internet, a *folksonomia* contribuiu significativamente para a classificação de conteúdos na internet, agilizando não somente na recuperação da informação, como também facilitando a interação de usuários de todo o mundo.

Folksonomia trata-se do resultado do processo de etiquetagem dos recursos disponíveis na web, ou seja, os próprios usuários são capazes de classificar os documentos, tal desempenho pode ser descrito como uma inovação, na organização e compartilhamento dos recursos informacionais. Desta forma, pode-se dizer que o “recuperar” da informação está intimamente ligado à forma de organização. E que a Folksonomia se trata de uma ferramenta de classificação da informação orientada pelos usuários das informações e documentos. (SANTOS; OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 109).

As tecnologias digitais possibilitam, fortalecem e ampliam o diálogo entre pessoas de diversas culturas. Na dissertação³⁷ de Romeiro (2019), que versa sobre a desnaturalização da violência sexual contra mulheres através da análise da *folksonomia* das *hashtags* #primeiroassédio (campanha do *Think Olga* já explanado anteriormente) e #mexeucomumamexeucomtodas (campanha originada através de uma denúncia de assédio sofrida por uma figurinista por um ator da Rede Globo) com foco na repercussão das mesmas no *Facebook*, tem como objetivo saber se os instrumentos normativos sobre violência sexual e mídias sociais servem para surgimento e fortalecimento de redes de apoio contra crimes sexuais sofridos por essas vítimas e no encorajamento de mais denúncias. Utilizando-se de metodologia

³⁶ Segundo Gan (2014), é uma ferramenta que se dedica a ouvir, rastrear, analisar e engajar informações que estão sendo compartilhadas nas redes sociais.

³⁷ Dissertação premiada em 1º lugar do Prêmio ANCIB como melhor dissertação de mestrado acadêmico de 2020 na área da Ciência da Informação no Brasil.

de pesquisa quanti-qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica, documental, os resultados foram coletados através do mapeamento das *hashtags* #primeiroassedio e #mexeucumamexeucomtodas, sem acentuação, para que tivesse um alcance geral, e as informações foram organizadas em planilha do excel, divididas em categorias como “fotos”, “vídeos”, “relatos”, “quantidade de curtidas”, “etnia”, etc. A autora pôde observar que as postagens no *Facebook* eram mais detalhadas que em outra plataforma digital e concluiu que as mídias sociais servem sim como espaço de ativismo, proporcionando a formação de redes de apoio na luta contra a violência contra a mulher, e que é de suma importância que a Ciência da Informação assuma seu papel social através dos fenômenos digitais.

Com pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e abordagem quanti-qualitativa, o trabalho de Andrade *et al.* (2019), com base na Ciência da Informação (CI), abordou as redes sociais e a violência doméstica contra mulheres, trazendo definições e as redes de enfrentamento e de atendimento. As autoras destacaram que o estudo das redes “[...] demonstrou ser um mecanismo que possibilita compreender as relações, laços, conexões [...] Portanto, pode colaborar para compreender uma rede de informação especializada e promover o diálogo com profissionais da informação.” (ANDRADE *et al.*, 2019, p. [20]). Utilizaram o *software UCINET6* e *NETDRAW* para análise das redes sociais e elaboração de mapas conceituais³⁸. Para os resultados e construção dos mapas, fez-se uma investigação nos relatórios, manuais, guias e fluxos sobre a rede especializada no atendimento dessas vítimas de violência. Concluíram que a disseminação da informação serve como empoderamento dessas mulheres e meninas vítimas de violência, colaborando na compreensão dos regimes e das políticas de informação enraizados na violência doméstica e familiar.

Em “Femicídio: necessidade ou populismo penal?”, Cruz (2016, p. 40) aborda que a “[...] violência contra a mulher é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino. É uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres [...]”. Seu trabalho, através de uma metodologia de pesquisa descritiva, exploratória, bibliográfica e documental, teve como objetivo

³⁸ Segundo Carabetta Júnior (2013), mapas conceituais correspondem a diagramas hierárquicos que mostram a organização e correspondência entre conceitos, que são apresentados por uma diferenciação progressiva (desdobramento de um conceito em outros) ou por uma reconciliação integrativa (relação de um conceito com outro aparentemente diferente).

responder a pergunta do título e, por ser um grave problema social e histórico, gerar reflexão sobre o assunto. O feminicídio é assassinato por crime de ódio contra a mulher, por ser mulher, resultante tanto da violência doméstica contra a mulher e familiar, como do menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Ao questionar se ao inserir feminicídio no rol dos crimes hediondos foi realmente por achar que resolvesse de fato o problema ou se seria uma forma de acalmar os ânimos de um povo assustado, revoltado, cansado e esperançoso que tal problema cesse através de penas mais rígidas, a autora concluiu que a tipificação do feminicídio se deu em decorrência ao populismo penal, já que apesar de penas mais duras não reduziram a quantidade de ocorrências.

Pereira (2011), através de pesquisa bibliográfica e documental, utilizou-se de questionários aplicados nos atendimentos psicológicos das vítimas de violência física e psicológica assistidas pela Subsecretaria Municipal de Políticas para as mulheres do Município de Macaé, e se pautou na análise da relação entre mídia e violência contra a mulher, verificando se houve algum tipo de interferência na procura das vítimas pelo atendimento, e que tipo de influência teve na vida dessas mulheres após exposição do assunto pela mídia.

Em seu trabalho a autora destaca que os casos de violência no município são frequentes, mas que nem sempre a mulher tem coragem de procurar a delegacia para denunciar, ou por vergonha, medo do agressor, ou de sofrer preconceito por parte das autoridades policiais. De acordo com os dados obtidos durante a pesquisa, verificou-se que a violência atinge mulheres de todas as etnias e idades. Na opinião das entrevistadas, a mídia contribui na diminuição dos índices de violência no que diz respeito à elucidação sobre seus direitos, salientando a importância de campanhas educativas no esclarecimento da população acerca das medidas contra violência, mas que não tomaram conhecimento da instituição através da mídia, e sim através de vizinhos, familiares, amigos e da delegacia, e ressaltaram da importância da divulgação da instituição através da mídia no intuito de conseguir alcançar um número maior de mulheres.

Por reconhecer que os serviços básicos de saúde tem contato com um grande número de mulheres, possibilitando para uma detecção na fase inicial do problema, no trabalho de Schraiber *et al.* (2002), objetivou a identificação das necessidades de saúde decorrentes das vítimas em situações de violência de gênero em um centro de saúde-escola do Butantã, abordando a relação usuária/serviço no

interior de tecnologias assistenciais, analisando a frequência, a natureza, a gravidade das agressões e o tipo de relacionamento entre as partes envolvidas. A investigação foi feita através de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter quali-quantitativa, e os resultados obtidos através da análise da coleta de dados das entrevistas, em sua maioria, de mulheres de 15 a 49 anos atendidas no período da pesquisa.

Ao todo, 143 usuárias (44,4%; IC95%=38,9-49,8%) relataram pelo menos um episódio de violência física na vida adulta, sendo que, em 110 casos, o ato de violência partiu de companheiros ou familiares (34,1%; IC95%=28,9-39,3%). Relataram a ocorrência de pelo menos um episódio de violência sexual na vida adulta 37 mulheres (11,5%; IC95%=8,0-14,9%); em 23 casos, os autores da ação eram companheiros ou familiares (7,1%; IC95%=4,3-9,9%). (SCHRAIBER *et al.*, 2002, p. 470).

Os autores concluíram que, dentre as mulheres usuárias dos serviços básicos de saúde pública atendidas nas unidades, embora haja um grande número registrados como sendo agredidas por pessoas estranhas ou apenas conhecidas da vítima, os companheiros e familiares são os principais agressores, e que os casos são recorrentes, ressaltando ainda a necessidade não somente de mais estudos, como mais ainda de ações práticas sobre o problema para reforçar as ações de prevenção, enfrentamento e assistência da violência.

Como se não bastasse o trauma da violência sofrida, seja ela o tipo que for, os canais de atendimento à mulher podem ser mais uma agressão por conta do despreparo, hostilidade e desrespeito de muitos profissionais. Em seu trabalho, Araújo (2013), teve como objetivo compreender a visão e atendimento dos peritos médico-legais do Instituto Médico-Legal de Sergipe (IML/SE) na recepção das vítimas de violência sexual, observando se há diferenciação na forma que atendem as vítimas do sexo feminino e masculino, através de estudo de caso, com análise documental, observação e entrevistas aplicadas no Instituto.

Por meio da análise dos dados quantitativos para construção do perfil das vítimas, do agressor, dos peritos, das ocorrências, e com investigação dos dados psicossociais coletados das entrevistas, observou-se que em sua maioria, entre as vítimas do sexo feminino a faixa etária era de 13 a 18 anos, e no sexo masculino eram crianças ou no início da adolescência. Enfatiza-se a importância de reconhecer as representações sociais dos profissionais que compõem atendimento às vítimas de violência sexual para melhoria do serviço, para que não haja nenhuma interferência de suas crenças sobre o tema abordado que prejudique na elaboração dos laudos

periciais, prova técnica do crime. Apesar de casos bem menores, a autora também cita em seu trabalho que, no entendimento dos peritos e por conta do machismo latente, o homem “sofre mais que a mulher” (ARAÚJO, 2013, p. 130) para conseguir denunciar, mas reconhece que são as mulheres que sofrem altas cargas de preconceitos e estereotipagens, recaindo na maioria das vezes a culpa sobre as vítimas, no tocante a essa violência, e que falta uma melhor capacitação para que não haja nenhum pré-julgamento da vítima, evitando constrangimentos desnecessários e um desempenho melhor dos peritos, para que cada vez mais vítimas se sintam emocionalmente seguras em procurar atendimento para realizar a denúncia.

Nossa sociedade é enraizada no patriarcado, onde o homem é colocado em situação de poder, e a mulher está sempre submissa, escondendo e aceitando em silêncio toda violência que sofre. Nessa sociedade patriarcal onde o machismo impera, em que a figura feminina é quem sofre julgamento social, não é consciente dizer que o sofrimento masculino é maior, já que supostamente ele é a figura de poder na pirâmide e a mulher está na base, aguentando violências e sendo silenciada.

No próximo capítulo abordaremos os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa.

5 METODOLOGIA

A finalidade da pesquisa científica é oferecer ao pesquisador a descoberta, exploração e interpretação dos fatos inseridos em uma determinada realidade, através de procedimentos sistemáticos e intensivos que otimizarão a condução do trabalho de investigação.

Outrossim, por apresentar os métodos e técnicas para o direcionamento no desenvolvimento da confiabilidade de uma pesquisa científica, a metodologia é crucial para os trabalhos acadêmicos, no tocante de responder ao problema formulado pelo (a) pesquisador (a), elucidar as hipóteses, e atingir os objetivos do tema proposto. Sendo assim, Marconi e Lakatos (2003, p. 17) assinalam que:

A Metodologia Científica, mais do que uma disciplina, significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias. Podemos afirmar até: a prática nasce da concepção sobre o que deve ser realizado e qualquer tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como o mais lógico, racional, eficiente e eficaz.

A metodologia contempla informar quais procedimentos metodológicos serão aplicadas na pesquisa, a fim de explicar os métodos aplicados na análise do problema (KÖCHE, 2011, p. 144).

Por ser de uma temática pouco abordada pela Ciência da Informação – em detrimento de outras temáticas, para examinar melhor o problema da violência contra a mulher no intuito de proporcionar um maior esclarecimento, para este estudo utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva, pois segundo Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Caracteriza-se ainda como pesquisa descritiva, pois analisa e descreve as características de uma população, de um fenômeno, ou de uma experiência, possibilitando proporcionar uma nova visão sobre a realidade existente (GIL, 2002).

Ainda sobre a pesquisa descritiva, Gil (2002, p. 42) complementa que “[...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e [...] são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais [...]”.

Para a realização desse estudo, quanto à obtenção dos documentos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica realizada em livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos que versam sobre o assunto, e documental, através de consulta das leis vigentes sobre violência contra a mulher, para construção da fundamentação teórica da pesquisa e comparação dos resultados alcançados à luz dos trabalhos já publicados sobre a temática em tela.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

Como estratégia de busca, este levantamento foi realizado nas bases de dados da área de Ciência da Informação e áreas afins, a exemplo da BRAPCI, PERI/UFMG, Scielo, LISA, BDTD e os repositórios de teses e dissertações dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) da área de CI no Brasil, e em buscadores, a exemplo do Google acadêmico, utilizando aspas como estratégia de pesquisa – para recuperação na forma exata como foi escrita, e de operadores booleanos para refinar a busca. Essa busca foi feita através de palavras-chaves, e o operador booleano escolhido foi o *AND* para obter mais precisão, pois recupera somente os registros que contém os termos da busca (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Os principais termos utilizados nesta pesquisa foram “violência contra a mulher”, “disseminação da informação”, “fontes de informação”.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 55), apesar de se assemelhar com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental fundamenta-se em analisar documentos ainda não tratados minuciosamente, como documentos de arquivos públicos e privados, sob variados formatos (fichas, formulários, Atas, mapas, fotografias, etc.).

Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como pesquisa qualitativa pois “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser

quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (FONSECA, 2002, p. 20), e pesquisa quantitativa, por analisar dados estatísticos para a investigação (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69).

Como instrumentos de coleta de dados, fizemos uso de questionário, com perguntas abertas e fechadas, aplicado entre os meses de maio a junho de 2021. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 201):

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Juntamente com o questionário, explicou-se a finalidade da pesquisa, usando linguagem simples e clara, na tentativa de despertar o interesse dos sujeitos da pesquisa, para preenchimento e devolução do mesmo dentro do prazo proposto no cronograma da pesquisa.

O questionário em questão foi aplicado através do *Google* formulários³⁹ para representantes de 5 instituições de apoio à mulher vítima de violência na cidade de Aracaju/SE, nos quais esses últimos foram enviados por e-mail, através do *link* gerado na plataforma digital supracitada, onde obtivemos o retorno de 3 dessas instituições, identificadas como instituição A, B e C.

As instituições⁴⁰ foram escolhidas por serem referência no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju – SE, atuando firmemente na defesa dos direitos humanos previstos pela Constituição, bem como em defesa dos grandes movimentos sociais, representando os direitos da sociedade, e possibilitando no resgate da autonomia dessas mulheres que sofrem violência.

O próximo capítulo consiste na análise e discussão dos resultados obtidos através do questionário aplicado nessas instituições.

³⁹ Aplicativo de gerenciamento de pesquisas.

⁴⁰ Informações extraídas das páginas das instituições.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo identificar as ações de disseminação da informação em instituições de referência no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju/SE, satisfazendo aos objetivos geral e específicos determinados na introdução deste trabalho.

De acordo com Gil (2002, p. 125), “o processo de análise dos dados [...] consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente”.

Para tanto, será apresentada a análise dos resultados obtidos a partir do questionário elaborado através do *Google* formulários, e enviado via e-mail a 1 representante de 5 instituições de referência no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju/SE, na qual não informaremos quais foram por questão de sigilo acordado entre as mesmas. Vale ressaltar que, dentre as cinco instituições em que aplicamos o questionário, somente obtivemos respostas de três delas, a qual chamaremos de instituição A, B e C.

Os questionários foram enviados às instituições no período de 31 de maio de 2021, com prazo de resposta até 07 de junho de 2021, contendo perguntas abertas e fechadas, como já mencionado na metodologia deste trabalho. Cabe ressaltar que para esse estudo não analisamos escolaridade, classe social e etnia.

As respostas dos questionários aplicados aos representantes das três instituições respondentes foram reproduzidas em itálico, entre aspas, assegurando a veracidade das informações passadas pelas (os) mesmas (os) ao responderem o questionário, e com recuo nas respostas das questões abertas para melhor identificação das mesmas no texto, como veremos a seguir.

Questão 1: Quando solicitado para especificar quais ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher adotadas pela instituição, as mesmas responderam:

“confecção de folders impressos e online, atualização da página da instituição e utilização das redes sociais” (INSTITUIÇÃO A);

“além do que é disponibilizado no site, como manuais, links, cartilhas de apoio as mulheres, acervo jurídico, temos projetos e ações de acolhimento e empoderamento, eventos” (INSTITUIÇÃO B);

“rodas de conversa virtuais via Zoom e [Google] Meet, vídeos com informações sobre a rede de enfrentamento à violência no município, produção de cartazes, divulgação nas redes sociais da prefeitura” (INSTITUIÇÃO C).

Através das respostas acima é possível observar os diferentes recursos para a disseminação da informação, apontados pelas (os) profissionais das instituições com o objetivo de combater esse tipo de violência, levando a informação à população e, principalmente, às mulheres em situação de violência.

Segundo Andrade *et al.* (2019), a disseminação da informação age no fortalecimento do empoderamento dessas mulheres em situação de violência, pois colabora na compreensão dos regimentos e das políticas de informação da violência doméstica e familiar, permitindo que essas mulheres se apropriem dessas informações e possam lutar por dignidade e pelos seus direitos.

Podemos observar também que, entre as ações citadas pelas instituições, estão os eventos, as rodas de conversa, cartazes, ferramentas essas muito utilizadas em ações culturais nas bibliotecas.

Em seu trabalho sobre biblioteca temática, Eichner (2017) ressalta, entre outras questões, a importância de eventos e projetos, a exemplo das rodas de conversas realizadas com as usuárias da biblioteca sobre a temática da violência, entre outros, como forma de atrair, informar e envolver a comunidade para chamar atenção para a questão do empoderamento feminino e para a questão da violência de gênero.

Questão 2: Quando perguntado sobre como é feito o planejamento e execução dessas ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher, as instituições responderam:

“articulação com demais órgãos/instituições para alcançar maior efetividade nas ações, elaboração de material informativo com base jurídica, e de leitura acessível para toda a população” (INSTITUIÇÃO A);

“o trabalho de planejamento e execução das ações é feito em parceria com outras instituições do Estado, em um trabalho articulado e contando com a colaboração de todos” (INSTITUIÇÃO B);

“o planejamento foi realizado no início do ano a partir de reuniões com a equipe multidisciplinar e apresentado à gestora da pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), com apresentações de propostas de trabalhos intersetoriais e na própria rede socioassistencial” (INSTITUIÇÃO C).

Ao analisar as respostas acima, ficou observado que as três instituições concordam que têm que haver uma parceria entre a instituição e demais órgãos/instituições de apoio no combate da violência, para fortalecimento e eficácia das ações de combate da violência contra a mulher, intensificadas com a disseminação das informações.

Menezes *et al.* (2014), corroboram com esse pensamento quando dizem que a parceria intersetorial e das redes de enfrentamento da violência contra a mulher são importantes para fortalecimento da rede, na articulação do desenvolvimento e acompanhamento da efetivação das políticas públicas, agregando vivências e conhecimentos por elas geradas.

Questão 3: Quando perguntado com que frequência é feita a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher a resposta foi unânime. As três instituições responderam que a disseminação da informação é realizada com frequência, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 – Frequência da disseminação da informação pelas instituições

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quando Romeiro (2019, p. 81) fala que a Lei Maria da Penha “foi, e é, importante para a sociedade, principalmente por dar visibilidade à violência doméstica, sexual e psicológica contra as mulheres”, ela reforça a dimensão que a disseminação da informação tem para a sociedade, pois se ela fosse somente promulgada e ficasse só nas paredes do legislativo, a informação ficaria limitada. Portanto, essa frequência na disseminação das informações, nos mais diversos canais, é relevante para dar visibilidade à questão da violência contra a mulher e suas formas de prevenção e combate, para se atingir um maior número de mulheres em situação de violência, e fortalecer as redes de apoio.

Questão 4: Quando perguntado quais recursos (fontes de informação) são utilizados pela instituição na disseminação da informação, as instituições responderam:

“internet, trabalho em conjunto com outras instituições, e redes sociais” (INSTITUIÇÃO A);

“funcionários e voluntários que cuidam do apoio psicológico, social e jurídico, material disponibilizado no site institucional, das leis, redes sociais” (INSTITUIÇÃO B);

“por meio de mídias, redes sociais, vídeos e rádio local é apresentado os serviços ofertados pelo centro de referência da

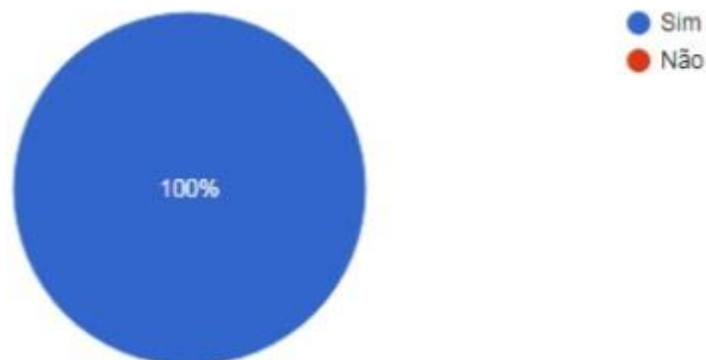
mulher bem como a rede de enfrentamento à violência”
(INSTITUIÇÃO C).

De acordo com as respostas, a internet é o meio mais utilizado pelas instituições, visto que as mídias sociais, bastante citadas pelas mesmas, depende de acesso à internet para seu uso.

O processo de disseminação e busca pela informação através do meio eletrônico vem crescendo exponencialmente, possibilitando ao usuário poder buscar e disseminar conhecimento com mais frequência por meio de suportes digitais, a exemplo das redes sociais e dos sites, obtendo agilidade no resultado e acesso a uma vasta gama de informações, o que reforça a importância delas no combate da violência de gênero.

Questão 5: Quando perguntado se as instituições utilizam as redes sociais como *instagram*, *Facebook*, *twitter*, entre outras, para a disseminação das informações, a resposta foi unânime, como mostra a gráfico 2:

Gráfico 2 – A instituição usa redes sociais na disseminação da informação?



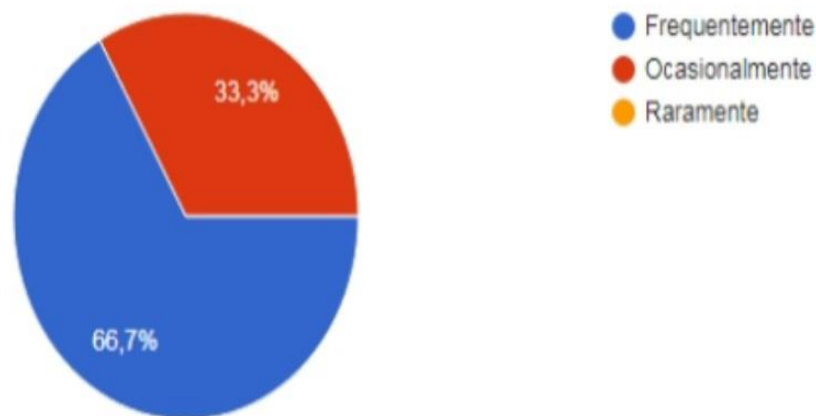
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Atualmente as mídias sociais têm papel fundamental na disseminação da informação por ser um grande produtor e facilitador da comunicação entre os indivíduos. As pessoas consomem e compartilham muita informação através delas, e devido a sua popularização e poder de alcance, proporcionando maior visibilidade, são ferramentas indispensáveis no combate à violência contra a mulher.

Romeiro (2019, p. 103) ressalta que “Assim como a revista, o cinema e a TV influenciaram gerações, acreditamos que as novas mídias e atoras/es que nelas agem e interagem também influenciam e são influenciados”, e essa influência e visibilidade contribui para que a questão da violência contra a mulher seja amplamente discutida nas diversas esferas da sociedade, gerando uma cobrança maior da população para com o poder público, para criação e execução das políticas públicas.

Questão 5.1: Quando perguntado com que frequência as redes sociais são utilizadas, a instituição **C** respondeu que utiliza ocasionalmente, e as instituições **A** e **B** mencionaram que utilizam com frequência, como mostra o gráfico 3:

Gráfico 3 – Frequência com que as redes sociais são utilizadas



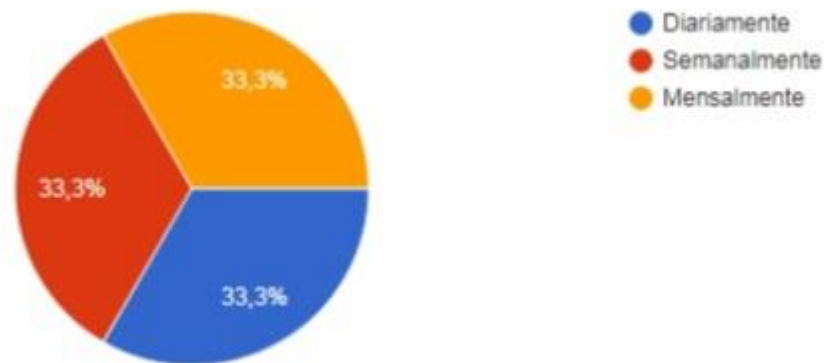
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Questão 5.2: Quando perguntado com que frequência as informações das redes sociais são atualizadas:

A instituição **A** respondeu que atualizam as informações diariamente;

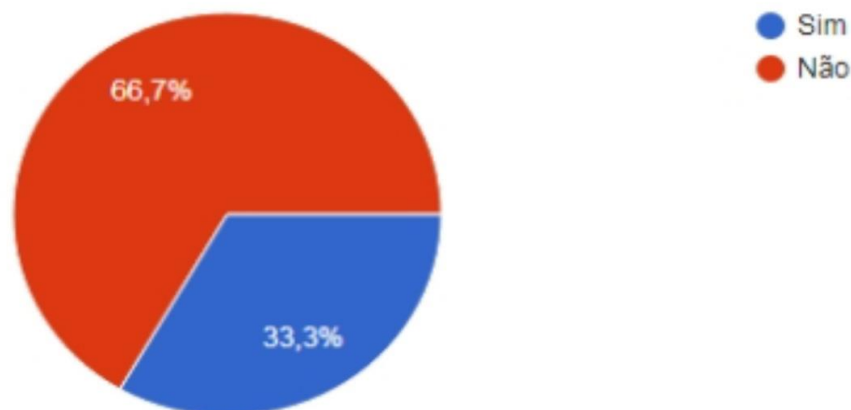
A instituição **B** respondeu que as informações são atualizadas semanalmente;

E a instituição **C** respondeu que atualizam as informações mensalmente, como mostra o gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 – Frequência da atualização das redes sociais

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Questão 6: Quando perguntado se existem barreiras (dificuldades) para a disseminação das informações, a instituição **A** respondeu que sim, que existem barreiras para a disseminação, e as instituições **B** e **C** disseram que não, como mostra o gráfico 5:

Gráfico 5 – Barreiras para a disseminação da informação

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Questão 6.1: Quando solicitado para especificar quais as barreiras:

“nem todas [as mulheres que sofrem violência] tem acesso a internet e aos canais de denúncia, acesso presencial restrito por conta da pandemia” (INSTITUIÇÃO A);

Como observado na questão anterior, as instituições **B** e **C** disseram não haver barreiras, portanto, não responderam a essa questão.

Embora pareça utopia, o problema de acesso à internet é um problema real na nossa sociedade. De acordo com a Associação Brasileira de Internet (2021), 40 milhões de pessoas não tem acesso à internet no país⁴¹. Assim como outros grupos em situação de vulnerabilidade, segundo Paes (2016), a maior parte da população em situação de pobreza são mulheres, e são também as mais afetadas pela falta de informação, demandada de pouca ou nenhum nível de escolaridade, ou de restrições tecnológicas, o que dificulta o acesso aos canais de denúncia.

Outro ponto abordado na resposta da instituição **A** foi a dificuldade de atendimento presencial aos locais de denúncia em razão das restrições da pandemia de Covid-19, e também dificuldades referentes ao acesso a canais de denúncia.

Em seu trabalho sobre vulnerabilidade da mulher em tempos de pandemia, Campos, Tchalekian e Paiva (2020) relatam o depoimento de duas profissionais que atuam na linha de frente de serviços da rede de enfrentamento na cidade de São Paulo, sobre as dificuldades encontradas por mulheres moradoras de bairros de vulnerabilidade econômica para denunciar as agressões por questão das restrições dos atendimentos presenciais durante a pandemia da Covid-19, e pela falta de acesso à internet. No estudo em questão, essas profissionais identificaram como uma das barreiras para acesso das informações e aos serviços de denúncia, a falta de acesso à internet, já que um dos canais para monitoramento e denúncia passou a ser realizado via *whatsapp*. Segundo as profissionais, muitas dessas mulheres disseram só conseguir acessar o aplicativo quando vão em algum local que tenha *wi-fi* (rede sem fio), o que dificulta o trabalho de monitoramento.

Questão 7: Quando perguntado quais fontes de informação adotadas pela instituição são consideradas como mais eficientes na disseminação da informação no combate da violência contra a mulher, as instituições responderam:

“a internet e os canais para denúncia” (INSTITUIÇÃO A);

⁴¹ Disponível em: <https://www.abranet.org.br/Noticias/IBGE%3A-40-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-Internet-3345.html?UserActiveTemplate=site#.YM6VnGRKhdg>. Acesso em: 19 jun. 2021.

“funcionários e voluntários [fontes informais], leis, internet, disque 180” (INSTITUIÇÃO B);

“as fontes de pesquisa para disseminação das informações são diversas, mas o que são utilizadas diariamente são a Lei Maria da Penha, Normas técnicas de uniformização dos centros de referência, tipificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e o Plano nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres” (INSTITUIÇÃO C).

A internet, citada pelas instituições **A** e **B**, conforme Santini, Terra e Almeida (2017), é um dos principais meios para a disseminação da informação, pelo seu poder de alcance, possibilitando através dos movimentos das mídias sociais que com o surgimento de campanhas de caráter político no enfrentamento da violência contra a mulher ganhem repercussão, contribuindo para que mudanças ocorram em todas as camadas da sociedade.

A disseminação da informação se faz presente através de diferentes recursos informacionais, a exemplo da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, importante canal para denúncias e para divulgação da rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher. Apesar disso, de acordo com Nogueira (2016), o Ligue 180, instrumento mais popular dentre os utilizados pelos equipamentos de enfrentamento, é uma ferramenta que precisa ser aperfeiçoada por conter falhas operacionais. Segundo a autora, ele não consegue responder efetivamente ao que é proposto.

Apontados pelas instituições **B** e **C**, os instrumentos normativos utilizados em crimes contra a mulher, a exemplo da Lei Maria da Penha, e da Lei do feminicídio, destacadas por Romeiro (2019), também explanadas por nós anteriormente, e da Lei de criminalização da importunação sexual, são peças fundamentais para o enfrentamento da violência de gênero, pois através delas se garante o direito à dignidade humana dessas mulheres em situação de violência, a partir da efetividade das leis.

Questão 8: Quando perguntado quais são os impactos das ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher adotadas pela instituição:

“diminuição considerável no número de violência doméstica e feminicídio” (INSTITUIÇÃO A);

“maior número de denúncias e diminuição da violência de gênero” (INSTITUIÇÃO B);

“fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a garantia de direitos as mulheres em situação de violência” (INSTITUIÇÃO C).

Embora a instituição **A** tenha apontado diminuição no número de violência doméstica como impacto positivo das ações de disseminação da informação, dados do Anuário do FBSP (2020) apontaram que muitos desses casos de violência são subnotificados, principalmente os que ocorreram durante o confinamento das mulheres em situação de violência com seus agressores durante a pandemia da Covid-19, dificultando que essas mulheres procurassem ajuda.

A informação é peça fundamental por seu caráter transformador da sociedade, portanto, disseminar informações sobre ações de prevenção e combate da violência contra a mulher são importantes e geram retorno positivo para a sociedade, no que tange o enfrentamento da violência, como as apresentadas pelas instituições **B** e **C** que observaram fortalecimento das redes de apoio, maior efetivação dos direitos das mulheres, e um crescimento no número de denúncias, apesar do momento delicado de pandemia. Munidas de informações sobre prevenção, combate e denúncia permite que essas mulheres em situação de violência consigam se reconhecer nesse tipo de situação, e saibam como agir.

E por fim, **questão 9:** quando solicitado a opinião dos respondentes referente aos desafios encontrados para a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher:

“ampliar o acesso aos canais de denúncia, resultando em um maior acolhimento as vítimas” (INSTITUIÇÃO A);

“construir mais redes de apoio no combate à violência de gênero” (INSTITUIÇÃO B);

“a garantia da defesa das mulheres em situação de violência, pois vivemos em um país misógino e machista, com isso a luta diária é quebrar paradigmas e desconstruir o patriarcado” (INSTITUIÇÃO C).

Como pudemos perceber no decorrer das análises das respostas das instituições, vários são os desafios para a disseminação da informação, como *fakenews*, desinformação, situação de vulnerabilidade econômica e social, falta de acesso à internet. Além dessas, as barreiras encontradas pelas instituições de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher vão além: estão também nas dificuldades para aprovação, implementação e efetivação das políticas públicas, como podemos observar nas respostas das três instituições.

Desde o início da pandemia pudemos observar uma crescente dos casos de violência contra mulheres em todo o país. Segundo informações do Laboratório *Think Olga*⁴² (2021), mesmo diante do aumento de casos, e da pressão das organizações que lutam pelos direitos das mulheres, o Governo Federal reduziu investimentos voltados para o enfrentamento do problema⁴³. De \$120,4 milhões destinados para esse fim, apenas \$35 milhões foram usados e, desse valor, a maior parte foi destinada ao Ligue 180. Outro ponto a ser observado é o fato de que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ocupa apenas 0,03% na agenda de gasto da União, minimizando sua importância, o que reflete o sistema patriarcal em que vivemos.

É de extrema importância conhecer dados como esses para poder pressionar o poder público em defesa dos direitos das mulheres.

⁴² Projeto desenvolvido com apoio do Consulado Geral da Irlanda, da Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil e da Fundação Heinrich Boll.

⁴³ Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

A partir das respostas obtidas com o questionário, foi possível identificar como é feito o processo de disseminação da informação nas instituições de combate à violência contra a mulher escolhidas, além de ser possível observar os diferentes projetos adotados pelas (os) profissionais com o objetivo de combater esse tipo de violência, levando a informação à população e, principalmente, às mulheres em situação de violência.

A seguir, apresentaremos a seção referente as considerações finais da pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disseminação da informação é peça chave para o desenvolvimento da sociedade. É através da transmissão do conhecimento que se promove a conscientização da cidadania, capacitando seus cidadãos a participar de forma ativa da transformação do meio em que vive e, no que tange o fenômeno da violência contra a mulher, tem papel fundamental para que a mulher se reconheça em situação de violência, tenha acesso aos seus direitos, e possa exercer sua cidadania com dignidade.

Dito isso, o objetivo geral do trabalho foi identificar as ações de disseminação da informação em cinco instituições de referência no combate da violência contra a mulher na cidade de Aracaju - SE, onde apenas três delas responderam. Ao analisar as respostas dos questionários, percebeu-se que as instituições fazem a disseminação da informação de forma frequente, buscando incansavelmente meios de melhorar o processo de disseminação em suas unidades, no intuito de atingir seu público-alvo, que são as mulheres em situação de violência.

Com relação aos objetivos específicos, pode-se dizer que também foram atingidos, pois a disseminação da informação é um processo contínuo nessas instituições, onde a qualidade e veracidade das informações são previamente verificadas antes de disponibilizadas em seus vários canais, identificando as principais fontes de informação utilizadas pelas mesmas para a disseminação dessas informações, e expondo as barreiras na disseminação da informação sobre o combate da violência contra a mulher encontradas pelas instituições escolhidas para esta pesquisa.

Com base nas pesquisas realizadas, observamos que há pouca incidência científica sobre o tema da violência contra a mulher na área da Biblioteconomia, o que demonstra que o tema merece maior atenção por parte da nossa categoria, uma vez que a informação é ferramenta de prevenção essencial no enfrentamento da violência, quiçá para a sua erradicação, através de informações compartilhadas.

Os aspectos históricos levantados, assim como os conceitos apresentados sobre a relação da disseminação da informação com a violência contra a mulher, permitiram melhor compreensão sobre o tema proposto.

O uso do questionário mostrou-se um importante recurso para a coleta de dados, pois foi a partir dele que pudemos identificar as ações de disseminação da

informação e as fontes de informação utilizadas pelas instituições escolhidas, contribuindo para alcançar os objetivos deste trabalho.

Dentre as ações de disseminação destacadas pelas instituições, a produção de cartazes e o uso das mídias sociais para compartilhamento das informações, foram as que mais apareceram. No geral, pode-se considerar que todas as ações elencadas contribuem para a disseminação da informação de forma efetiva.

Dentre as fontes de informação apontadas pelas instituições investigadas, destacaram-se novamente as redes sociais, assim como o compartilhamento de informações e eventos em suas páginas institucionais, bem como o trabalho em conjunto com outras instituições.

No decorrer deste estudo constatou-se também que, embora não seja objeto desse estudo, o processo de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher ganhou mais força através das mídias sociais pelo poder de alcance e velocidade da internet, possibilitando um compartilhamento de informações mais frequentes e acessíveis, proporcionando maior efetividade para as ações de disseminação, o que remete à validação da hipótese dessa pesquisa.

Ficou observado que, mesmo diante de todas as ações de disseminação adotadas pelas instituições escolhidas, ainda há vários obstáculos a serem superados, dentre eles, despertar maior interesse por parte dos governantes para a importância do fortalecimento das redes de enfrentamento, de compromisso maior na efetivação das políticas públicas, bem como para a disseminação dessas informações.

Diante o exposto, este trabalho contribui para melhor entendimento sobre a importância da disseminação da informação no combate da violência contra a mulher, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a comunidade externa, buscando ampliar o debate sobre a temática e fortalecimento das redes de apoio.

Sabemos que o conhecimento científico gerado pelas universidades, disponibilizados em seus repositórios institucionais e nas bibliotecas, costumam ser direcionados somente para o ambiente acadêmico, para seus pesquisadores e estudantes. No entanto, visto o caráter democrático da informação, e pelo caráter social e humanitário do profissional Bibliotecário, diante da relevância social que o tema exige, fica clara a importância da Ciência da Informação, em se abordar essa temática de forma mais frequente, produzindo e disseminando conteúdos e documentos sobre o tema em seus canais de informação, promovendo projetos de

extensão em prol da disseminação da informação voltadas a esse público, não somente com objetivo de gerar conhecimento, mas também de proporcionar maior conscientização da população, auxiliando na luta desse tipo de violência tão nociva à nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Informação pública: conceito e espaços. *In*: VALENTIM, M. L. (org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 71-81. Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Atuacao-profissional.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ANDRADE, K. O. *et al.* Redes de informação e violência doméstica e familiar contra as mulheres: conexões e laços conceituais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/694>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- ARAÚJO, E. A. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./dez. 1992. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_af358e8fcb_0013939.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.
- ARAÚJO, L. **Violência e gênero**: representações sociais de peritos médico-legais do IML/SE sobre a violência sexual. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6266>. Acesso em: 10 out. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.
- ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS DE ARACAJU. **HomePage**. Aracaju, 2020. Facebook: ASTRA. Disponível em: <https://www.facebook.com/astraglb>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- AUDY, J. L. N.; ANDRADE, G. K.; CIDRAL, A. **Fundamentos de sistemas de informação**. São Paulo: Bookman, 2007. 209 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Hjx2d6hLoK4C&oi=fnd&pg=PA7&dq=related:JEetzcz2hRR4J:scholar.google.com/&ots=26s9DlftGT&sig=H6XfaRLnoE3J24_NC1hhtlgJhEQ#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 30 mar. 2021.
- BARRETO, A. A. Transferência da informação para o conhecimento. *In*: AQUINO, M. A. (org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002, p. 49-57. Disponível em: https://www.academia.edu/7646014/A_transfer%C3%Aancia_da_informa%C3%A7%C3%A3o_para_o_conhecimento. Acesso em: 29 dez. 2020.
- BARROS, M. H. T. C. **Disseminação da informação**: entre a teoria e a prática. Marília: UNESP, 2003. 112 p.

BRASIL. **Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%20o%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. **Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Diário Oficial da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Lei N° 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. **Lei N° 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Diário Oficial da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: ligue 180 e tudo o que você precisa saber.** Brasília: Ministério da Mulher, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/denuncie-violencia-contra-a-mulher/violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 1 nov. 2020.

BRITO, G. N.; LIMA, I. F. Periódicos científicos como fonte de informação: um estudo na Informação & Sociedade e na Biblionline. **Folha de Rosto**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 49-60, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53358>. Acesso em: 3 jul. 2021.

BUENO, S. *et al.* **Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil.** São Paulo: FBSP, 2. ed. 2018. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/02/FBSP_2018_visivel-invisivel-vitimizacao-de-mulheres.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

BUENO, W. C. B. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 1-12. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/14078>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 319 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=GbPc-E5WQHAC&printsec=frontcover&dq=Fontes+de+informa%C3%A7%C3%A3o+para+pesquisadores+e+profissionais&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjci4SfmrLuAhXyL7kGHTnBBy4Q6AEwAHoECAYQAg#v=onepage&q=Fontes%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20para%20pesquisadore s%20e%20profissionais&f=false>. Acesso em: 4 jan. 2021.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de Sars-Cov-2/ Covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 32, p. 1-20. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bqv5dn5fbL3LTrm3PGvJDzN/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAMPOS, M. L.; ALMEIDA, G. H. M. D. Violência contra a mulher: uma relação entre dimensões subjetivas e a produção de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 349-367, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40104>. Acesso em: 16 out. 2020.

CARABETTA JÚNIOR, V. A utilização de mapas conceituais como recurso didático para a construção e inter-relação de conceitos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 441-447. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022013000300017&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=Os%20mapas%20conceituais%2C%20criados%20por,significado%20ao%20que%20est%C3%A3o%20estudando. Acesso em: 10 dez. 2020.

CARVALHO, K. Disseminação da informação, mediação humana e inteligência. **ANCIB**, [Belo Horizonte], n. 6. 2003. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/294/ENAN102_Carvalho.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 abr. 2021.

CARVALHO, K. Disseminação da informação e biblioteca: passado presente e futuro. *In*: CARVALHO, K. SCHWARZELMÜLLER, A. F. (org.). **O ideal é disseminar: novas perspectivas, outras percepções**. Salvador: EDUFBA, 2006. 230 p.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório nº 54/01**: caso 12.051 Maria da Penha Maia Fernandes, de 04 de abril de 2001. [S. l.]: CIDH, 2001. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de atenção à mulher em situação de violência**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: www.cfp.org.br. Acesso em: 2 abr. 2021.

COORDENADORIA DA MULHER. **Centro de Referência de Atendimento à Mulher**. Aracaju, 2006. Disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/rede-de-enfrentamento/equipamentos/creams>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119584>. Acesso em: 12 out. 2020.

CÔRTEZ, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; DIAS, K. C. O. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: centro de referência da mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 134-151. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100252>. Acesso em: 16 out. 2020.

CRUZ, A. R. Femicídio: necessidade ou populismo penal? **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 14, n. 2, p. 35-50, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/126439>. Acesso em: 16 out. 2020.

CUNHA, M. B. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Brinquet de Lemos, 2001. 168 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15121>. Acesso em: 15 maio 2021.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário da Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008. 451 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 23 abr. 2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE. **Núcleo de Defesa e Proteção aos Direitos das Mulheres**. Aracaju, 2010. Disponível em: https://www.defensoria.se.def.br/?page_id=742. Acesso em: 30 nov. 2020.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Divulgação**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/divulgacao/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

EICHNER, A. N. M. **A biblioteca temática feminista como instrumento de prevenção e combate à violência contra a mulher**, 2017. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-2016.2/Angelica%20Nazare%20Mafr%20Eichner.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

FERREIRA, L. C. S. **Violência contra as mulheres e Biblioteconomia**: conhecendo a visão dos/as estudantes de Biblioteconomia, 2015. 115 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1999/1/LCSF06092017.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

FONSECA, E. N. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Briquet de Lemos, 2007. 152 p. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/2008459/introducao-a-biblioteconomia-edson-nerly-da-fonseca>. Acesso em: 1 jan. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. 127 p. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 124 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8a8n00NqYEeC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GAN, Iggy. O que é Radian 6?. **Afdigital**. [S. l.], 3. jul. 2014. Disponível em: <http://www.afdigital.com/what-is-radian6/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

GIDDENS, A. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 92 p.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GONÇALVES, M. Aspectos destacados da Lei 11.340/2006: uma análise sobre a sua recepção no cenário jurídico e social brasileiro após a recente posição do Supremo Tribunal Federal. **Revista da Unifebe**, [Brusque], n. 10, [2012?]. Disponível em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/viewFile/30/27>. Acesso em: 10 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Munic 2018**: apenas 8,3% dos municípios têm delegacias especializadas de atendimento à mulher. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25499-munic-2018-apenas-8-3-dos-municipios-tem-delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em: 14 dez. 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **HomePage**. Fortaleza: IMP, 2018. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas digitais**: 2011. Trad. Hanna Gleydeyz e Emília Sandrinelli. Biblio.info., 2011. Disponível em:

<https://biblioo.info/wp-content/uploads/2012/11/Manifesto-IFLA.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**: 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre internet**: 2002. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2021.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 296 p. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54781803/Hilton_Japiassu__Danilo_Marcondes_-_Dicionario_Basico_de_Filosofia.pdf?1508647973=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DHilton_Japiassu_Danilo_Marcondes_Diciona.pdf&Expires=1616182579&Signature=ZvPJAtxTO00ynLTP4VsctO~Jrkx8-h4mJYPZjRw3fCe2Neblr-Rr9lznq4vzqgoCDYTQ1ycSFPY2ki25GJYCzvYhixHl8karJpldwMEs3Xxmy7C5wV-K-EQhCBqza0EBROG8iKiM8ouC5DWMlrm37AvQ9Hc6ANiJnZjNKj78gdOv-y9acw3UwgLoeX7qnvWz7Xau~FUVALy8TinaBiK~FIVGCwjimvkhjboxYWDDkRJYJzEL1caQWxDtZXaqSg7BKfB~BqPRN9z055MHUUrj0WUq0sEKKjP74Pk-Do4zOjw507-91YP6xZiA0nzd8GsBPErQ1jKy5HgJJsSvpTkU6dQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 19 mar. 2021.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011. 184 p. Disponível em: http://www.brunovivas.com/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/K%C3%B6che-Jos%C3%A9-Carlos0D0AFundamentos-de-metodologia-cient%C3%ADfica_-teoria-da0D0Aci%C3%Aancia-e-inicia%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-pesquisa.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 16 nov. 2020.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996. 124 p.

LUCIANO, M. C. F.; CORTES, G. R. Violência contra as mulheres e a mediação do/a bibliotecário/a - Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 4, p. 74-89, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16081>. Acesso em: 16 out. 2020.

MAPA DO ACOLHIMENTO. **Como funciona?**. [S. l.]: Mapa do Acolhimento, [2016?]. Disponível em: <https://www.mapadoacolhimento.org/#block-9893>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72- 79, maio/ago. 2002. Disponível em:

https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_ab097253ca_0008427.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./jun. 2001.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/RfWfXX3NCKwSRNqFj9KK5PK/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MENEZES, P. R. M. *et al.* Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 778-786. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/43DhBf74XtmrbRQGgMhPDDJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1a2.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

NOGUEIRA, D. C. **Central de atendimento à mulher – ligue 180**: alcances e desafios de um instrumento de ação pública, 2016. 86 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16145/1/2016_DanielaCarneiroNogueira_tcc.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

OLIVEIRA, L. C.; CRESPO, M. R. Fundamentos teóricos e estatuto científico da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **CRB-8 Digital**, São Paulo: CRB8, v. 1, n. 5, p. 66-85, jan. 2012. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46656>. Acesso em: 3 abr. 2021.

OLIVEIRA, M. O. E. Disseminação da informação sobre educação continuada em biblioteca universitária: o caso da UFPA. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, [2006].

Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5173>. Acesso em: 2 maio 2021.

ORDEM DOS ADVOGADOS DE SERGIPE. **Comissão de Defesa e Direitos da Mulher**. Aracaju, 2020. Disponível em: <https://oabsergipe.org.br/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **A OPAS/OMS apoia os 16 dias de movimento pelo fim da violência contra as mulheres**. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4734:a-opas-oms-apoia-os-16-dias-de-movimento-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20d

a%20Sa%C3%BAde,psicol%C3%B3gico%2C%20defici%C3%AAncia%20de%20desenvolvimento%20ou. Acesso em: 4 dez. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Belém, 1994. **Convenção de Belém do Pará**. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PAES, B. **Acesso à informação e direito das mulheres**. São Paulo: Artigo 19, 2016. 44 p. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/12/Acesso-%c3%a0-Inforna%c3%a7%c3%a3o-e-Direitos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PEREIRA, C. N. A. **Violência contra a mulher e mídia**: Um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do município de Macaé/RJ. 2011. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras. 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4976/1/TCC%20CLAUDIA%20NOLASCO.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2020.

PIRES, E. A. N. O Bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 3, n. 2. 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/86705>. Acesso em: 6 jan. 2021.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 275 p. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

QUEIROZ, D. G. C.; MOURA, A. M. M. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47313>. Acesso em: 25 abr. 2021.

REZENDE, A. M. A. **Violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto**: representações sociais de adolescentes. 2017. 171 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6031>. Acesso em: 6 out. 2020.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 316 p.

ROCHA, A. K.; MORENO, J. A folksonomia como ferramenta para a representação do conhecimento na web sob a ótica das redes sociais. **Múltiplos Olhares em**

Ciência da Informação, Minas Gerais, v. 2, n. 2, out. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/81183>. Acesso em: 12 nov. 2020.

RODRIGUES, C.; BLATTMANN, U. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas da Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 19, n. 3, p. 4-29, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a02v19n3.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ROMEIRO, N. L.; BEZERRA, A. C. Sistemas de informação e instrumentos normativos: um estudo sobre crimes contra a mulher no Brasil contemporâneo. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., Londrina. **Anais [...]**. Londrina, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124660>. Acesso em: 18 out. 2020.

ROMEIRO, N. L. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1074/1/Nath%c3%a1lia_Romeiro_2019_disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 6 nov. 2020.

ROMEIRO, N.; SILVA, F. C. G. A folksonomia das hashtags como instrumento de militância contra o assédio sexual no Facebook: avaliação da hashtag #mexeucomumamexeucomtodas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 215-232. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3433>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SALOMON, N. **Prática Informacional e competência em informação**: um estudo dos filtros na busca e recuperação sobre violência doméstica contra a mulher. 2017. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/2720>. Acesso em: 7 dez. 2020.

SAMPAIO, M. I. C.; MORESCHI, E. B. P. DSI – Disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 38-57, jan./dez. 1990. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/09/pdf_d55acad50a_0018786.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTINI, R. M.; TERRA, C.; ALMEIDA, A. R. D. Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#primeiroassedio). **Revista P2P e INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 148-164, set./mar. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/2341/2390>. Acesso em: 12 out. 2020.

SANTOS, H. S.; OLIVEIRA, J. R.; LIMA, J. S. Folksonomia: representação da informação na web. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/126361>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/39385>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 470-477, jun./ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n4/11766.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV)**. Aracaju, 2004. Disponível em: <https://www.ssp.se.gov.br/Servicos/Detalhes?idServico=8>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. **Datagramazero**, São Paulo, v. 0, n. 0, dez.1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7327>. Acesso em: 1 abr. 2021.

SILVA, A. B. M.; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à ciência da informação: um ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 174 p.

SILVA, A. R.; CÔRTEZ, G. R. Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1324>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SILVA, P. M. Sistemas de informação em Bibliotecas: o comportamento dos usuários e bibliotecários frente às novas tecnologias de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 1-24, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2020/2131>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 142 p.

SOUZA, L. B. M. **Disseminação da informação sobre plantas medicinais: fontes formais, informais e eletrônicas**. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8180/1/Disserta%20de%20Leila%20B%20a1rabara%20Menezes%20Souza.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

TELES, M. A. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002. 120 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rGgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=maria+de+almeida+teles&ots=Kv>

aQ0k_Rcp&sig=dackVVHfC2yAACEIbEqiFZ1lfGs#v=onepage&q=maria%20de%20a
lmeida%20teles&f=false. Acesso em: 1 maio 2021.

THINK OLGA. **Projeto #primeiroassedio**. 20 out. 2015. Disponível em:
<https://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; SILVA, T. E. Fontes de informação na internet:
critérios de qualidade. *In*: TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R. (org.). **Fontes de
informação digital**. Londrina: Eduel, 2016. p. 13-44.

VIEIRA, R. **Gestão do conhecimento**: introdução e áreas afins. Rio de Janeiro:
Interciência, 2016. 188 p.

VIEIRA, R. M. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro:
Interciência, 2014. 307 p.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil.
Brasília: Flacso Brasil, 2015. 83 p. Disponível em:
[https://www.onumulheres.org.br/wp-
content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 25 jan.
2021.



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Prezado (a),

O questionário a seguir foi elaborado como instrumento de coleta de dados para o Trabalho de conclusão de Curso intitulado: “*Disseminação da Informação no combate à violência contra a mulher: um estudo exploratório e descritivo na cidade de Aracaju - SE*” e gostaria de contar com a sua participação. É importante ressaltar que seus dados são sigilosos e não serão divulgados. O propósito da pesquisa é identificar as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher.

Entende-se por disseminação da informação o ato de levar a informação, em seus mais variados formatos (livros, documentos, notícias, redes sociais, etc.), ao conhecimento de todo tipo de público.

Os dados obtidos darão subsídios para a conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação da UFS.

1) Especifique quais são as ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher adotadas por esta instituição.

2) Como é feito o planejamento e a execução das ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher?

3) Com qual frequência é feita a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher?

- a) Frequentemente
- b) Ocasionalmente
- c) Raramente

4) Quais recursos (fontes de informação) são utilizados por esta instituição na disseminação da informação?

5) A instituição utiliza redes sociais como *Instagram, Facebook, Twitter*, entre outras, para disseminação da informação?

- a) Sim
- b) Não

5.1) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as redes sociais são utilizadas?

- a) Frequentemente
- b) Ocasionalmente
- c) Raramente

5.2) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as informações são atualizadas?

- a) Diariamente
- b) Semanalmente
- c) Mensalmente

6) Existem barreiras (dificuldades) na disseminação da informação?

- a) Sim
- b) Não

6.1) Caso a resposta tenha sido afirmativa, especifique quais são essas barreiras (dificuldades).

7) Qual ou quais fontes de informação adotadas por esta instituição é/são considerada (s) como mais eficiente (s) na disseminação da informação no combate da violência contra a mulher?

8) Quais são os impactos das ações de disseminação da informação adotadas por esta instituição no combate da violência contra a mulher?

9) Na sua opinião, quais são os desafios encontrados para a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher?

Agradeço a colaboração!



APÊNDICE B – GOOGLE FORMULÁRIOS

08/07/2021

Questionário

Questionário

Prezado (a),

O questionário a seguir foi elaborado como instrumento de coleta de dados para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: "Disseminação da informação no combate à violência contra a mulher: um estudo exploratório e descritivo na cidade de Aracaju-SE", e gostaria de contar com a sua participação.

É importante ressaltar que seus dados são sigilosos e não serão divulgados. O propósito da pesquisa é identificar as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher.

Entende-se por disseminação da informação o ato de levar a informação, em seus mais variados formatos (livros, documentos, notícias, redes sociais, etc.), ao conhecimento de todo tipo de público.

Os dados obtidos darão subsídios para a conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

1) Especifique quais são as ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher adotadas por esta instituição. *

Confecção de folders impressos e online, atualização da página da instituição e utilização das redes sociais

2) Como é feito o planejamento e a execução das ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

Articulação com demais órgãos/instituições para alcançar maior efetividade nas ações, elaboração de material informativo com base jurídica e de leitura acessível pra toda população.

3) Com qual frequência é feita a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente

08/07/2021

Questionário

4) Quais recursos (fontes de informação) são utilizados por esta instituição na disseminação da informação? *

Internet, trabalho em conjunto com outras instituições, redes sociais

5) A instituição utiliza redes sociais como Instagram, Facebook, Twitter, entre outras, para a disseminação da informação? *

Sim

Não

5.1) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as redes sociais são utilizadas? *

Frequentemente

Ocasionalmente

Raramente

5.2) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as informações são atualizadas? *

Diariamente

Semanalmente

Mensalmente

08/07/2021

Questionário

6) Existem barreiras (dificuldades) na disseminação dessas informações? *

Sim

Não

6.1) Caso a resposta tenha sido afirmativa, especifique quais são essas barreiras (dificuldades). *

Nem todas tem acesso a internet e aos canais de denúncia, acesso presencial restrito por conta da pandemia.

7) Qual ou quais fontes de informação adotadas por esta instituição é/são considerada (s) como mais eficiente (s) na disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

Internet e os canais de denúncia

8) Quais são os impactos das ações de disseminação da informação adotadas por esta instituição no combate da violência contra a mulher? *

Diminuição considerável no número de violência doméstica e feminicídio

9) Na sua opinião, quais são os desafios encontrados para a disseminação da informação no combate a violência contra a mulher? *

Ampliar o acesso aos canais de denúncia, resultando em um maior acolhimento as vítimas.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

08/07/2021

Questionário

Questionário

Prezado (a),

O questionário a seguir foi elaborado como instrumento de coleta de dados para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: "Disseminação da informação no combate à violência contra a mulher: um estudo exploratório e descritivo na cidade de Aracaju-SE", e gostaria de contar com a sua participação.

É importante ressaltar que seus dados são sigilosos e não serão divulgados. O propósito da pesquisa é identificar as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher.

Entende-se por disseminação da informação o ato de levar a informação, em seus mais variados formatos (livros, documentos, notícias, redes sociais, etc.), ao conhecimento de todo tipo de público.

Os dados obtidos darão subsídios para a conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

1) Especifique quais são as ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher adotadas por esta instituição. *

Além do que é disponibilizado no site, como manuais, links , cartilhas de apoio as mulheres, acervo jurídico, temos projetos e ações de acolhimento e empoderamento, eventos

2) Como é feito o planejamento e a execução das ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

O trabalho de planejamento e execução das ações é feito em parceria com outras instituições do estado em um trabalho articulado e contando com a colaboração de todos

3) Com qual frequência é feita a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente

08/07/2021

Questionário

4) Quais recursos (fontes de informação) são utilizados por esta instituição na disseminação da informação? *

funcionários e voluntários que cuidam do apoio - psicológico, social, jurídico, material disponibilizado no site institucional, leis, redes sociais

5) A instituição utiliza redes sociais como Instagram, Facebook, Twitter, entre outras, para a disseminação da informação? *

- Sim
- Não

5.1) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as redes sociais são utilizadas? *

- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente

5.2) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as informações são atualizadas? *

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente

08/07/2021

Questionário

6) Existem barreiras (dificuldades) na disseminação dessas informações? *

Sim

Não

6.1) Caso a resposta tenha sido afirmativa, especifique quais são essas barreiras (dificuldades). *

N.

7) Qual ou quais fontes de informação adotadas por esta instituição é/são considerada (s) como mais eficiente (s) na disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

Funcionários e voluntários, leis, internet, disque 180

8) Quais são os impactos das ações de disseminação da informação adotadas por esta instituição no combate da violência contra a mulher? *

Maior número de denúncias e diminuição da violência de gênero

9) Na sua opinião, quais são os desafios encontrados para a disseminação da informação no combate a violência contra a mulher? *

Construir mais redes de apoio no combate a violência de gênero.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

08/07/2021

Questionário

Questionário

Prezado (a),

O questionário a seguir foi elaborado como instrumento de coleta de dados para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: "Disseminação da informação no combate à violência contra a mulher: um estudo exploratório e descritivo na cidade de Aracaju-SE", e gostaria de contar com a sua participação.

É importante ressaltar que seus dados são sigilosos e não serão divulgados. O propósito da pesquisa é identificar as ações de disseminação da informação no combate à violência contra a mulher.

Entende-se por disseminação da informação o ato de levar a informação, em seus mais variados formatos (livros, documentos, notícias, redes sociais, etc.), ao conhecimento de todo tipo de público.

Os dados obtidos darão subsídios para a conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

1) Especifique quais são as ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher adotadas por esta instituição. *

Rodas de conversa virtuais via zoom e meet, vídeos com informações sobre a rede de enfrentamento a violência no município, produção de cartazes, divulgação nas redes sociais da prefeitura.

2) Como é feito o planejamento e a execução das ações de disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

O planejamento foi realizado no início do ano a partir de reuniões com a equipe multidisciplinar e apresentado a gestora da pasta da SMAS. Com apresentações de propostas de trabalhos intersetoriais e na própria rede socioassistencial

3) Com qual frequência é feita a disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente

08/07/2021

Questionário

4) Quais recursos (fontes de informação) são utilizados por esta instituição na disseminação da informação? *

Por meio de mídias, redes sociais, vídeos e rádio local é apresentado os serviços ofertados pelo centro de Referência da mulher bem como a rede de enfrentamento a violência.

5) A instituição utiliza redes sociais como Instagram, Facebook, Twitter, entre outras, para a disseminação da informação? *

- Sim
 Não

5.1) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as redes sociais são utilizadas? *

- Frequentemente
 Ocasionalmente
 Raramente

5.2) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, com que frequência as informações são atualizadas? *

- Diariamente
 Semanalmente
 Mensalmente

08/07/2021

Questionário

6) Existem barreiras (dificuldades) na disseminação dessas informações? *

Sim

Não

6.1) Caso a resposta tenha sido afirmativa, especifique quais são essas barreiras (dificuldades). *

não

7) Qual ou quais fontes de informação adotadas por esta instituição é/são considerada (s) como mais eficiente (s) na disseminação da informação no combate da violência contra a mulher? *

As fontes de pesquisa para disseminação das informações são diversas, mas o que são utilizadas diariamente são a Lei Maria da Penha, Norma técnica de Uniformização dos centros de Referência, tipificação do SUAS, Plano nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres.

8) Quais são os impactos das ações de disseminação da informação adotadas por esta instituição no combate da violência contra a mulher? *

Fortalecimento da rede de enfrentamento a violência contra as mulheres, bem como a garantia de direitos as mulheres em situação de violência.

9) Na sua opinião, quais são os desafios encontrados para a disseminação da informação no combate a violência contra a mulher? *

A garantia da defesa das mulheres em situação de violência, pois vivemos em um país misógino e machista, com isso a luta diária é quebrar paradigmas e desconstruir o patriarcado.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários